

# Acção Socialista



Nº 1283 16 Maio 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.pt](http://www.accaosocialista.pt) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

## António Costa candidato à Câmara de Lisboa



## EDITORIAL



MIRANDA CALHA

## LISBOA COM FUTURO

EM 2001 a Câmara Municipal de Lisboa mudou de mãos.

Depois de um período de obra feita e estabilidade governativa passou-se a um período – 2001 a 2007 – de instabilidade, frequentes mudanças de presidente, conflitualidades diversas e, no essencial, de falta de uma visão estratégica, de uma ideia, de um rumo para o principal município do país.

O último ano e meio foi, aliás, dos mais férteis em controvérsias: suspensão de mandatos, fim de coligações, projectos polémicos e duvidosos e derrapagem para uma difícil situação financeira fruto de uma gestão leviana, desorganizada e irresponsável.

O PSD esteve na direcção da autarquia desde 2001. A equipa dirigente da autarquia foi da exclusiva responsabilidade daquele partido e do seu líder. Um líder que, como se sabe, até interferia na gestão corrente camarária...

A crise em Lisboa, o esboroar da respectiva administração é o espelho do PSD. E tem um rosto: Marques Mendes.

#### Os lisboetas não podem esquecer.

As eleições intercalares só para a Câmara – lamentável e surpreendentemente a maioria PSD da Assembleia Municipal não teve a coragem e categoria para resignar e provocar também eleições para este órgão também eleito na base do mesmo programa da vereação – acontecem, portanto, pela incompetência e incapacidade da força política que ganhou as eleições e que deste modo defraudou a confiança que lhe foi dada pelos lisboetas.

Embora intercalares estas eleições devem

O PS pensa em Lisboa e naqueles que aqui vivem e trabalham e que anseiam por melhor qualidade de vida, outra visão para a cidade e um contributo efectivo para o progresso e o desenvolvimento a nível nacional.

marcar inequivocamente uma ruptura com este passado de seis anos e abrir um novo horizonte com uma equipa, uma ideia e um rumo para Lisboa e para os lisboetas e, acima de tudo, com novas práticas, rigor, competência e determinação na administração, na governação local.

O PS pensa em Lisboa e naqueles que aqui vivem e trabalham e que anseiam por melhor qualidade de vida, outra visão para a cidade e um contributo efectivo para o progresso e o desenvolvimento a nível nacional.

A candidatura de António Costa é o sinal que o PS dá de responsabilidade, sentido de dever e consciência com que encara estas eleições na capital: apresenta a este acto eleitoral um dos melhores políticos de uma nova geração que tem já no seu passado uma presença marcante em diversas funções quer governamentais, quer parlamentares, quer ainda no próprio Poder Local. Para o PS, Lisboa, os lisboetas merecem o melhor e por isso apresenta alguém com provas dadas nas diversas funções públicas assumidas.

Em 2005, o PS foi chamado a nível nacional para assumir responsabilidades num momento conhecido de todos os portugueses pela profunda crise instalada no país. Com José Sócrates, iniciou-se um profundo processo de reformas para colocar Portugal junto dos primeiros da Europa.

Agora, em 2007, o PS está com a mesma determinação e consistência a lutar para que o principal município do país tenha uma boa governação, tenha um rumo como progresso, desenvolvimento e qualidade de vida.

LISBOA é a capital do país. Nunca é de mais sublinhá-lo

## CÂMARA PSD DE VISEU CONDUZ CONCELHO PARA “BECO SEM SAÍDA”

### OPOSIÇÃO SOCIALISTA ACUSA

A OPOSIÇÃO socialista na câmara de maioria laranja de Viseu acusou o Executivo de estar a levar o futuro do concelho para um “beco sem saída” devido a uma política de desenvolvimento errada, cujo modelo se encontra, aliás, esgotado.

Em conferência de Imprensa, Miguel Ginestal, vereador do PS, deu como exemplo para o “mau caminho” do município o facto de o Executivo do PSD ter arrecadado, em 2006, 1,8 milhões de euros de uma derrama sobre lucros das empresas e ter reinvestido apenas 83 mil em indústria e energia.

Perante este cenário, Ginestal lembrou que são inúmeras as empresas que optam por investir em concelhos vizinhos, transformando Viseu num “mero dormitório”.

Para isso contribui os 70 euros que são cobrados por metro quadrado no Parque Industrial do Mundão, quando nos municípios vizinhos esse mesmo espaço é, devidamente infra-estruturado, cedido a preços simbólicos. O vereador do PS considera ainda

que as taxas máximas aplicadas nos impostos municipais sobre património imobiliário – IMI e IMT – estão, por um lado, “a enriquecer a autarquia” e, por outro, “a afastar os investimentos para fora do concelho”.

A oposição socialista diz que o modelo de desenvolvimento da maioria do PSD, dirigida por Fernando Ruas, dos últimos 17 anos, “está esgotado” e mostra-se disponível para “ajudar o PSD” a criar “novas dinâmicas” para “promover o crescimento económico”.

Para isso, explicou Miguel Ginestal, cabeça-de-lista do PS nas últimas autárquicas, o seu partido vai, na próxima reunião da câmara, apresentar um conjunto de 14 propostas para “alterar o rumo” em Viseu.

Este conjunto de propostas tem como objectivo central criar condições para atrair investimento sustentável para o concelho e, no início, invectivar o PSD para a discussão, aceitando “outros contributos” em nome do futuro de Viseu e tentar assim impedir o tal “beco sem saída”.

## A “coerência” de Marques Mendes não chega a Castelo de Paiva

**Os socialistas de Castelo de Paiva acusaram Marques Mendes de falta de coerência, por não dizer uma única palavra sobre Paulo Teixeira, presidente da Câmara local, eleito pelas listas do PSD, que aguarda julgamento por crime de burla qualificada e dois crimes de falsificação de documentos.**

J.C. CASTELO BRANCO

O PS de Castelo de Paiva refere ter registado a posição do líder do PSD em relação à Câmara Municipal de Lisboa, a exemplo do que já acontecera nas autárquicas de 2005, com Isaltino Morais e Valentim Loureiro, adiantando que “tudo estaria bem se a ‘coerência’ do dr. Marques Mendes se estendesse a todos os casos idênticos no país”.

Mas, sublinha o presidente da Concelhia do PS, Gonçalo Rocha de Jesus, tal não aconte-

ce e o caso de Castelo de Paiva “é muito mais grave”, porque, explica, em 2006, o presidente da Câmara, Paulo Teixeira, foi acusado pelo Ministério Público de dois crimes de falsificação de documento e um crime de burla qualificada no polémico caso, conhecido como o “Negócio dos Terrenos da Feira”, em que “vendeu o terreno em proveito próprio”, aguardando neste momento julgamento.

Mas sobre “esta acusação gravíssima”, acusa o líder da Concelhia socialista, de Marques Mendes não se ouviu “nem uma palavra”, o que “mostra que sobre esta matéria o presidente do PSD tem dois pesos e duas medidas”.

“Chegámos a admitir que o dr. Marques Mendes não tivesse conhecimento deste escândalo. Porém, em Dezembro de 2006, acautelando a sua presença no jantar de Natal do PSD local, enviámos-lhe uma carta aberta, registada, descrevendo pormenorizadamente todo este caso”, referem os socialistas de Castelo

de Paiva em comunicado.

E acrescentam que “Marques Mendes não só veio ao jantar de Natal como, pasme-se, elogiou a acção da Câmara Municipal e de Paulo Teixeira”.

O PS/Castelo de Paiva “denuncia assim, mais uma vez, a falta de coerência política do dr. Marques Mendes”.

Neste momento, os socialistas consideram que “é oportuno questionar esta gritante desigualdade de tratamento”, e perguntam: “Será por Castelo de Paiva ser um concelho do interior e não ter a relevância política nacional, como Lisboa?” ou “será por Paulo Teixeira ser seu eterno protegido?”.

Ao “Acção Socialista”, o líder da Concelhia, Gonçalo Rocha de Jesus, adiantou ainda que o autarca do PSD só ganhou a Câmara nas últimas eleições, porque “na altura ainda não se sabia o conteúdo desta acusação do Ministério Público. Se os paivenses já soubessem desta acusação o resultado seria diferente”.

# Sócrates inaugura Metro Sul do Tejo moderno e amigo do ambiente

**“Este metro é um meio de transporte rápido, seguro e, como tal, será um factor de atracção de elites e fixação de pessoas”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia de inauguração dos primeiros quatro quilómetros do Metro Sul do Tejo (MST), entre Corroios e a Cova da Piedade, que vai servir quase cem mil utentes por dia.**

QUANDO estiver concluída a primeira fase do projecto, haverá ligações entre Corroios, Pragal e Monte da Caparica (inauguração prevista para Dezembro deste ano), mas também entre Corroios e Cacilhas (conclusão no final de 2008). O investimento global ascenderá a 268 milhões de euros.

Na cerimónia de inauguração, que decorreu no concelho de Almada, além do chefe do Governo estiveram também presentes o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, e vários presidentes de câmara e autarcas da região.

No seu discurso, José Sócrates considerou que a inauguração do primeiro troço do metro repre-



sentou “um dia histórico” para a população da margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa, porque esta nova infra-estrutura de transportes “permitirá aumentar a competitividade económica da região, aumentar a qualidade de vida e uma melhoria em termos ambientais”.

E manifestou ainda a esperança que o metro represente um “sucesso” equivalente ao do Porto em termos de procura de utentes.

Antes de viajar no novo metro entre Corroios e Cova da Piedade, o primeiro-ministro referiu-se às dificuldades que este projecto teve em termos de concretização, justificando os problemas com “a

escassez de terrenos disponíveis, numa zona densamente povoada”.

“Apesar de tudo, fizemos o que devíamos e garanto que este projecto é para andar para a frente, porque se trata de um projecto nacional e essencial para toda a área metropolitana de Lisboa”, frisou.

“Nunca houve um metro que se tenha construído tão rapidamente como o do Porto. Espero que este represente idêntico sucesso em termos de adesão das pessoas”, disse José Sócrates, que elogiou o papel dos autarcas desta zona (na sua maioria da CDU), que “fizeram uma negociação madura com o Governo”.

## Defesa do consumidor promove o crescimento e o emprego

FERNANDO Serrasqueiro defendeu que a política de defesa do consumidor pode servir para conseguir um maior crescimento, mais emprego e relações mais amigáveis entre os cidadãos e as instituições. Após a reunião que manteve com a comissão europeia para a Protecção dos Consumidores, Megelna Kuneva, que veio a Lisboa, para, entre outros assuntos, preparar a presidência portuguesa da União Europeia (UE) a partir de Julho, foi anunciado que os bancos e restantes instituições de crédito vão ser alvo de maior regulação, de forma a combater-se o sobreendividamento dos consumidores.

“O sobreendividamento atinge 37 por cento dos europeus, e o sector dos serviços e da Internet são as áreas que mais nos preocupam, porque temos problemas e ainda não temos solução”, afirmou Megelna Kuneva.

Em relação ao sobreendividamento, disse, “não nos vamos substituir as consumidores na decisão de aceder ao crédito, mas a informação tem de estar nas mãos dos cidadãos”, sublinhando que os serviços financeiros são uma das principais prioridades das política



europeia de defesa dos consumidores, a par dos transportes e da energia.

A comissão europeia adiantou ainda que as directivas sobre cláusulas abusivas nos contratos e crédito ao consumo ainda vão demorar vários meses, uma vez que têm de passar por processos morosos de consulta pública.

Está também a ser preparada uma directiva sobre o “time-sharing” com regras mais restritivas, prevendo-se que possa estar concluída ainda durante a presidência portuguesa da UE.

A comissão anunciou também a realização de um livro verde sobre defesa do consumidor, tendo o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, adiantando que sobre este tema “haverá conclusões em breve, nomeadamente sobre as questões dos direitos de contrato”.

“Transmitimos também o interesse de Portugal em promover um debate sobre a acção popular. A comissão apoiou esta iniciativa para a presidência portuguesa”, disse.

### OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

*Estar do lado das soluções, definir metas e apresentar resultados, ter um sentido e um rumo para a governação, tem sido este em síntese o segredo do governo para introduzir reformas difíceis sem perder a sua popularidade*

## POLÍTICA PARA AS PESSOAS

FACE à complexidade do mundo actual, às múltiplas solicitações do quotidiano, à diferenciação de interesses e às enxurradas de informação a que as pessoas são sujeitas nas sociedades modernas, o exercício da política não perdeu importância como muitos afirmam, mas tem que encontrar novas estratégias para interessar e mobilizar os cidadãos.

Essa necessária mobilização pode ser feita de diversas formas. Num mundo fortemente mediado é impossível ignorar totalmente a dimensão da política como espectáculo. Essa concessão só é perigosa quando substitui ou subverte a essência do exercício político, que é a transformação da sociedade de acordo com valores, princípios e programas.

No entanto, em minha opinião, a resposta mais adequada ao populismo ou ao desinteresse pela participação democrática está menos nas fórmulas mágicas de comunicação e mais na forma como os agentes políticos se posicionam face aos problemas vividos pelos cidadãos.

Se os políticos se posicionam do lado dos problemas e se limitam a teorizar e debater em torno deles, por muito brilhantes e fundamentados que sejam os argumentos e por muito rico que seja o contraditório, acabam por transmitir às pessoas um quadro de inconsequência e irrelevância prática que fragiliza a democracia, prejudica a imagem da política e reduz a vontade de participar.

Em contrapartida, se os políticos se posicionam com coragem do lado das soluções, debatendo e polemizando na teoria e na prática em torno da forma de resolver as coisas e resolvendo de facto dificuldades sentidas pelas pessoas, mesmo tendo para isso de agradar mais a uns que a outros, acabam por reforçar a mobilização, dar consistência à representação democrática e colher o respeito e o reconhecimento dos eleitores.

Estar do lado das soluções, definir metas e apresentar resultados, ter um sentido e um rumo para a governação, tem sido este em síntese o segredo do Governo para introduzir reformas difíceis sem perder a sua popularidade.

Onde muitos vêm fantasmas de controlo comunicacional ou parcialidade de apreciação, existe apenas a capacidade reconhecida de decidir e de fazer. De identificar obstáculos e de os remover. De tornar mais fácil a vida dos cidadãos e das empresas. De fazer política para as pessoas, contributo decisivo para que cada vez mais as pessoas voltem a estar com a política e assumam o seu papel determinante na modernização e no desenvolvimento do país.



## OPINIÃO



**ESMERALDA SALERO RAMIRES**  
Deputada do PS

*Sabemos que mais pode e deve ser feito, mas estamos satisfeitos com os resultados já obtidos e certos que os objectivos traçados pelo Governo serão cumpridos!*

## QUALIDADE DE EMPREGO

A QUALIDADE do emprego constitui actualmente um tema central das economias modernas que debatem e equacionam o equilíbrio entre flexibilidade, qualidade e segurança numa economia cada vez mais globalizada e com maiores exigências no domínio laboral.

Hoje já não é possível ignorar a mundialização da economia, a competitividade agressiva que pressiona os mercados, a rapidez com que se cria e destrói o emprego e a velocidade a que as novas tecnologias chegam ao mundo do trabalho. E, acima de tudo, não nos é possível ignorar as implicações que essas transformações têm no próprio mercado de trabalho, afectando empresas e trabalhadores de todas as idades e de todos os sectores de actividade.

O trabalho e o emprego resultam de múltiplas interacções entre políticas económicas e sociais interligadas entre si e em sinergia. A promoção do emprego e da qualidade que lhe deve estar associada tem sido para o Partido Socialista uma preocupação que se tem materializado na sinalização dos *handicaps* dos trabalhadores activos, dos jovens que procuram emprego, bem como dos desempregados de longa duração, no que concerne às causas de desemprego e às causas de emprego precário.

Enquanto a criação de emprego depende, sobretudo, do crescimento económico e do investimento privado, a empregabilidade e a qualidade do emprego já dependem desses e de outros factores, designadamente as habilitações escolares, a formação e as qualificações dos trabalhadores.

Por isso, ao aprovar o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008, como parte integrante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005, o Governo do Partido Socialista definiu como prioridades, entre outras, no domínio da qualificação, emprego e coesão social, reforçar a educação e a qualificação dos portugueses e adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências.

Nesta senda, com a iniciativa Novas Oportunidades, o Governo demonstra uma vontade inequívoca de dar resposta aos baixos índices de escolarização dos portugueses, através da aposta na qualificação e na valorização das experiências profissionais adquiridas, que constituem competências que se impõe reconhecer, através da dupla certificação.

Ao propor qualificar até 2010 um milhão de activos, o Partido Socialista traça um objectivo muito ambicioso, mas a realidade do atraso em que Portugal ainda se encontra, relativamente aos nossos parceiros europeus, não se compadece com outros ritmos, nem com ausência de soluções.

Com este novo paradigma que impõe a capacidade de fazer congregar vontades e sinergias, o Governo visa não só aumentar a empregabilidade, mas, essencialmente, preparar os portugueses para a obtenção do pleno emprego e para melhores empregos, com mais qualidade e melhor remunerados.

A vontade inequívoca do Governo e dos parceiros sociais quanto à necessidade de uma aposta séria e permanente no sistema de formação e de qualificação dos trabalhadores, enquanto factor de competitividade, de qualidade e de coesão social e territorial, está bem patente no Acordo de Concertação Social para a Reforma da Formação Profissional, assinado em 14 de Março de 2007, que contém um vasto conjunto de medidas, designadamente a criação e implementação do Catálogo Nacional de Qualificações e da Caderneta Individual de Competências, a criação do cheque-formação como instrumento público de financiamento directo à formação.

A determinação em encontrar reais soluções para qualificar os portugueses é um apanágio do Partido Socialista e deste Governo. Sabemos que mais pode e deve ser feito, mas estamos satisfeitos com os resultados já obtidos e certos que os objectivos traçados pelo Governo serão cumpridos!

Para o Partido Socialista, a aposta na educação, na formação e na qualificação ao longo da vida sempre foi, e é continuará a ser um primado da sua política de emprego e condição *sine qua non* para tornar todos os trabalhadores pessoas mais aptas a responder às mudanças sociais e económicas da sociedade actual.

# Rui Pereira é o novo ministro da Administração Interna



## PERFIL

### RUI PEREIRA 51 ANOS, MESTRE EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

RUI Carlos Pereira licenciou-se em Direito, pela Universidade Clássica de Lisboa, prosseguindo sempre nesta área do saber até se tornar mestre em Ciências Jurídicas.

Advogado de profissão, tem um vasto currículo ao serviço da causa pública.

Foi director-geral do Serviço de Informações e Segurança (SIS) entre 1997 e 2000. Exerceu também as funções de secretário de Estado da Administração Interna durante os dois anos seguintes.

Mais recentemente, já nesta legislatura, Rui Pereira coordenou a Unidade de Missão para a Reforma Penal. De salientar, a este propósito, que foi autor da lei de política criminal que o Governo aprovou e que entrará em vigor a 1 de Setembro.

Encontrava-se há dois meses no Tribunal Constitucional, para onde foi eleito juiz pela Assembleia da República.

Foi ainda um dos fundadores do Observatório da Segurança, da Criminalidade Organizada e do Terrorismo (OSCOT), é autor de diversos estudos sobre temas jurídicos e foi membro do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP).

Rui Pereira é um homem de grande inteligência e talento. Alia o estudo profundo das matérias a que se dedica à capacidade de execução.

Casado e pai de uma filha, é natural de Duas Igrejas, concelho de Miranda do Douro, onde nasceu em 1956.

É um apreciador de arte, música e xadrez, com reconhecida aptidão comunicacional e sentido de humor. **M.R.**

**Na sequência da saída de António Costa do Governo para se candidatar à Câmara de Lisboa, o primeiro-ministro, José Sócrates, viu-se obrigado a fazer uma alteração na composição do Executivo, nomeando para ministro da Administração Interna Rui Pereira, que actualmente era um dos juizes do Tribunal Constitucional.**

TODOS os secretários de Estado da equipa de António Costa (Eduardo Cabrita, Ascenso Simões, José Magalhães), bem como o subsecretário de Estado Rocha Andrade, permanecerão no Governo, ainda que alguns com ligeiras alterações. É o caso de Eduardo Cabrita, secretário de Estado adjunto e da Administração Interna, que passa para a dependência directa do primeiro-ministro. Já Ascenso Simões mantém-se no MAI, mas muda a sua designação para secretário de Estado da Protecção Civil.

Na orgânica do Governo, a grande novidade é a entrada de

Maria Manuel Leitão Marques, a principal autora do Simplex, para a nova Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, ficando esta na dependência do ministro da Presidência, Silva Pereira.

Professora catedrática da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maria Manuel Leitão Marques chefiou a até agora Unidade para a Modernização Administrativa, uma estrutura que foi responsável por programas como o Simplex, o documento único auto-móvel ou o cartão do cidadão.

Entretanto, em entrevista ao "Jornal das Nove" da SIC-Notícias, no dia em que foi anunciado o nome de Rui Pereira para a pasta da Administração Interna, o ministro da Presidência, Silva Pereira, garantiu que o primeiro-ministro limitou ao "indispensável" as alterações no Governo na sequência da saída de António Costa.

Segundo sublinhou Silva Pereira, o facto de José Sócrates manter os secretários de Estado na Administração Interna é "uma garantia adicional de que as políticas serão as mesmas seguidas até agora". **J.C.C.B.**

## Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

**1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**

**2. Transferência bancária**

Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

**3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**

ENTIDADE **20132**  
REFERÊNCIA **0000...+ N.º DE MILITANTE**  
(total de 9 dígitos)

MONTANTE  
Quota normal: semestral - **12,00** eur; anual - **24,00** eur  
Quota reduzida: semestral - **6,00** eur; anual - **12,00** eur



**Contamos  
consigo!**

**Linha Azul  
808 201 695**

# “Governar para a igualdade”

O exercício de uma cidadania moderna prende-se directamente com a igualdade de oportunidades para todos. Esta a ideia subjacente à estratégia do Governo, confirmada, em entrevista ao “Acção Socialista”, pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que também tutela a igualdade de género. Jorge Lacão faz um balanço positivo das políticas implementadas nesta área, sublinhando a marca socialista numa governação para e pela igualdade e os progressos alcançados. Sobre os desafios que se perfilam a curto prazo no panorama nacional e europeu, anuncia que, durante a presidência portuguesa da União Europeia, haverá um conselho informal sobre as questões da igualdade.

MARY RODRIGUES

## Que balanço faz da actividade governativa na área da Igualdade?

Faço um balanço positivo, uma vez que têm sido implementadas um conjunto de orientações e políticas que, no quadro geral do nosso ordenamento jurídico, reforçam significativamente não só os direitos das mulheres, mas também as perspectivas de afirmação da igualdade de género e de combate à discriminação de vária natureza.

Este trabalho tem sido possível porque o Governo estabeleceu para si próprio o imperativo de que todos os diplomas que são objecto de apreciação em reunião de Conselho de Ministros sejam avaliados, quando a matéria o propicia, do ponto de vista do impacto que têm na promoção da igualdade de género, retirando daí as ilações certas.

Em concreto, merece particular destaque, no quadro da reforma da Administração Pública, a evolução que se regista num organismo até agora conhecido como Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres e que passará a chamar-se Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, alargando o âmbito das suas atribuições ao incorporar atribuições relativas ao combate da violência doméstica e ao absorver algumas actividades programáticas que eram da área da CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho nas Empresas.

Assim, a Comissão ganha a marca da cidadania, porque faz uma aposta forte no aprofundamento da responsabilidade social.

Lembro igualmente as soluções jurídicas que vieram estender o regime de mecenato às organizações não governamentais de mulheres, fortalecendo as suas condições de acção junto da sociedade civil e a constituição, na área do ensino, do Fórum de Educação para a Cidadania, que deverá zelar pelo enriquecimento dos currículos escolares nas escolas em matéria de promoção da cidadania e, consequentemente, de igualdade de género e de combate à discriminação.

São estes alguns exemplos apenas da abordagem transversal que consubstancia a marca socialista de governar para a igualdade.

Entre as medidas que citou, qual a que o orgulha mais, não só como membro do Executivo, mas sobre-

## tudo como cidadão?

Mais do que destacar uma das medidas que já referi, gostaria de falar sobre outras que não se circunscrevem apenas ao universo das decisões executivas do Governo.

Outra lei importantíssima é a que veio regular as condições da reprodução medicamente assistida. Mas, há ainda dois diplomas que estão actualmente em debate parlamentar e que também merecem referência. Falo concretamente da revisão do Código Penal, que faz incidir um foco muito maior de protecção sobre as vítimas de violência doméstica e da lei de imigração, com as medidas que aí estão definidas para proteger socialmente as vítimas de tráfico de seres humanos, particularmente as mulheres, que são muitas vezes discriminadas por razões de exploração sexual.

## Em que direcção avança agora a agenda nacional para a igualdade de género?

A nossa agenda nacional orientase convictamente para a criação de estruturas e de uma base de consistência para o conjunto das políticas de promoção da igualdade e de combate às discriminações.

Em breve serão aprovados três novos planos que estão presentemente em fase de discussão pública. Trata-se do terceiro Plano Nacional para a Igualdade, com uma dimensão reforçada no que diz respeito a objectivos de cidadania e combate à discriminação em função do género; um novo Plano de Combate à Violência Doméstica e também, pela primeira vez, um Plano de Combate ao Tráfico de Seres Humanos.

A nossa agenda para a igualdade contempla ainda o facto de estarmos no “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos”. Neste sentido, o Governo está muito empenhado na realização de um programa intenso de sensibilização para o combate às discriminações múltiplas.

Por outro lado, no âmbito da presidência da União Europeia, estamos também a preparar um programa muito vasto de actividades ligadas à promoção de igualdade entre mulheres e homens na sociedade portuguesa e teremos também a realização no nosso país de uma reunião informal dos ministros europeus que tutelam a área da igualdade, como teremos, sob a nossa responsabilidade a realização da conferência de encerramen-



to do “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos”.

## Considera que em Portugal uma batalha eleitoral semelhante à ocorrida nas recentes presidenciais francesas, que opusesse um homem e uma mulher, teria um resultado diferente?

É difícil responder, porque está em causa uma eleição presidencial de natureza uninominal, onde na decisão dos eleitores pesam múltiplos factores e não apenas os que se prendem com o género dos candidatos.

As opções políticas de fundo e o grau de confiabilidade que um político alcance junto dos eleitores são, certamente, aspectos que estão muito presentes nesta escolha.

Já tivemos no passado uma experiência com uma candidata à Presidência da República. Recordo o exemplo de Maria de Lurdes Pintasilgo, cuja candidatura não teve sucesso do ponto de vista eleitoral, mas foi um testemunho vivo de persistência, consistência e coerência com as suas convicções. Por isso, não podemos deixar de reconhecer notável exemplo que deixou na sociedade portuguesa daquilo que as mulheres portuguesas podem dar para a evolução e o desenvolvimento das sociedades em que estão inseridas.

## Então, no seu entender, está o eleitorado português preparado para avançar mais um passo e confiar a chefia do Governo ou do Estado a uma mulher?

Temos em Portugal, a partir da aprovação da Lei da Paridade pela Assembleia da República, muito melhores condições para, valorizando a presença das mulheres na vida política activa, demonstrar ainda mais claramente a sua capacidade de afirmar, prosseguir e concretizar projectos de orientação política, quaisquer que eles sejam. Nesse sentido, estou convencido de que a nossa sociedade estará cada vez mais preparada para escolher os seus altos representantes em função do mérito, da capacidade, da competência e de credibilidade pessoal, sem discriminação de sexo. E posso assegurar que é precisamente nesse sentido que os socialistas estão a trabalhar com determinação.

Voltando ao “Ano Europeu da

## Igualdade de Oportunidades para Todos”, que se centra, como sabemos, no combate à discriminação por motivos de género, origem étnica ou racial, religião ou convicções, deficiência, idade ou orientação sexual, quais os progressos a assinalar, em pouco mais de dois anos, nos dossiers da inclusão e integração?

Importa sublinhar que, em Portugal, a taxa de participação activa das mulheres é das mais significativas da Europa, rondando os 60 por cento. O Governo trabalhará no sentido de incrementar essa taxa de empregabilidade e cremos que ela possa subir, alcançando uma quota ainda superior a este patamar.

Por outro lado, tem sido crucial a introdução de factores que estimulam a participação activa das mulheres na vida profissional, atendendo ainda a uma maior conciliação com a vida familiar.

Neste âmbito, assumimos outras apostas que passam pela protecção às crianças, sobretudo dos 0 aos 3 anos de idade e para isso vamos duplicar os lugares disponíveis em creches ao longo do actual mandato.

A tudo isto soma-se o programa Novas Oportunidades, com o qual está a ser dada à população adulta a possibilidade real de se formar ao nível do ensino secundário e em conciliação com a sua actividade profissional.

## E quanto às políticas de família, para quando uma licença parental efectiva?

No domínio da parentalidade, existe já uma licença de apenas cinco dias concedida aos homens por ocasião do nascimento de um filho. Sendo certo que se trata de uma licença curta, é preciso não esquecer que o Parlamento está a reflectir actualmente sobre o dilatação deste prazo e creio que teremos condições, num futuro próximo, para que haja uma revisão no sentido do seu alargamento, sem esquecer que esta é uma matéria que deve ser discutida também em concertação social.

Mas, para além desta, temos também uma licença parental de três meses, conferida quer ao pai, quer à mãe, e relativamente a crianças até aos seis anos de idade, que pode ser usada com subsídio integral, nos primeiros 15 dias da sua utilização.

Finalmente, as famílias portuguesas contam ainda com a licença de parto, que vai de 120 a 150 dias, que permite à mulher acompanhar os filhos nos primeiros tempos de vida, auferindo todo o seu vencimento nos primeiros quatro meses e 80 por cento do salário no quinto mês.

Está a ser estudada também a possibilidade de se estimular uma melhor relação de responsabilidade parental no cuidado e educação das crianças, mediante a subsidiação mais sustentada desta licença, desde que ela possa ser melhor partilhada, tanto pelas mães como pelos pais, no momento e na sequência do nascimento da criança.

## Em que ponto estão as questões jurídicas associadas às situações de violência doméstica?

O Parlamento está a apreciar uma proposta de revisão do Código Penal que inclui novidades significativas ao identificar, pela primeira vez, um tipo legal de crime de violência doméstica autónomo em relação a todos os outros e ao ampliar o âmbito subjectivo desse crime, abrangendo não só os cônjuges, mas também os ex-cônjuges ou as pessoas que vivam uma relação sentimental homóloga, incluindo pessoas do mesmo sexo.

Estabelece-se deste modo que, ao haver uma relação afectiva estabilizada, o respeito pelo outro é um dever que se impõem com muito mais cuidado.

Outras decisões recentemente tomadas merecem atenção, como a isenção do pagamento de taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde para mulheres vítimas de violência doméstica, a protecção económica das mulheres em situação de conflito conjugal e a preparação das polícias para acolhimentos das vítimas e tratamento dos casos de violência doméstica.

O combate a este flagelo tem sido, por tudo isto, uma preocupação clara e permanente deste Governo e é em grande medida por isso que se tem reforçado a relação de confiança entre as pessoas e os cidadãos, dando azo a um aumento das participações deste crimes nos últimos anos.

## Pode dizer-se que a estratégia multisectorial de promoção da igualdade de género está na base de um conceito de cidadania mais moderno?

O que a avaliação da experiência de implementação dos anteriores Planos Nacionais para Igualdade nos diz é que as nossas apostas estratégicas devem ser dirigidas no sentido do desenvolvimento de políticas transversais, onde se mobilizem tanto homens como mulheres para a sua concretização.

Uma nova educação para a cidadania convoca, sem dúvida alguma, à ideia de que a promoção da igualdade cabe à sociedade no seu conjunto e não pode nem deve ser realizada pelos homens com subalternização das mulheres, nem pelas mulheres contra os homens.

## OPINIÃO

## O NOVO AEROPORTO



JORGE FÃO  
Deputado do PS

*O país não pode esperar mais, não podemos e não devemos começar tudo de novo. Céptico, mas com humildade democrática, o governo continua disponível para apreciar propostas de alternativa à Ota, que sejam tecnicamente credíveis, cientificamente estudadas, ambientalmente aprovadas e financeiramente sustentáveis*

**Rumo definido  
Direcção correcta  
Destino... Ota**

A LOCALIZAÇÃO na Ota do novo aeroporto de Lisboa tem dominado a agenda e o debate político-partidário dos últimos tempos.

Contrariamente ao que a voz das oposições insiste em fazer crer, este projecto é talvez aquele que tem sido objecto da maior discussão que jamais qualquer outra grande obra pública mereceu em Portugal.

Embora existindo ainda algumas já pouco credíveis e audíveis vozes que teimam em remar contra a maré das evidências, o consenso é amplo sobre a inevitabilidade da concretização deste projecto fundamental para o desenvolvimento, aumento da competitividade e modernização de Portugal.

Pela clareza das projecções da evolução do tráfego, é dado adquirido e incontestado que a Portela, apesar do esforço de investimento em curso – 380 milhões de euros com vista ao prolongamento da sua viabilidade até 2015, já não responde na actualidade às solicitações (12 milhões de passageiros/ano) e estará naquela data, eventualmente já em 2012, completamente esgotada, ficando Lisboa e o país, nos próximos oito a dez anos, a perder tráfego, movimento de pessoas e mercadorias, num irremediável prejuízo para a economia nacional e para a boa imagem de Portugal no mundo.

A partir de 2002 o Governo do PSD/CDS, constituído por alguns daqueles que agora turbulentamente se agitam contra esta solução, reconfirmou a Ota nas suas GOPs e programa de Governo, aprovou medidas preventivas para os terrenos, investiu 1,2 milhões de euros em mais estudos e desenvolveu intenso esforço diplomático para garantir o financiamento comunitário

Em 2005, o Governo do PS faz da Ota uma das prioridades nacionais e, em 2006, anuncia o calendário da construção do novo aeroporto, fixando a conclusão para 2017.

Manifestamente perturbados pela determinação do Governo e pela clareza do compromisso do MOPTC é só agora que se ouvem as vozes das oposições a hostilizar a decisão, clamando por outras localizações, reclamando outros e mais estudos comparativos e exigindo a paragem do processo, numa irresponsável e populista guerrilha partidária sem contemplicações pelo superior interesse nacional de que se reveste este projecto. A estes oportunismos e a estes actos de “pirataria política” para tentar desviar a rota da decisão tomada, o Governo está a responder e bem com:

Mais responsabilidade, confirmando que a Ota proporcionará, com comprovada segurança, capacidade de resposta para as mais optimistas e exigentes previsões (ano 2050) de crescimento da procura (50 milhões de passageiros/ano) e de intensidade de tráfego (80 movimentos/aviões por hora);

Mais empenhamento para encontrar uma estratégia que salvguarde a coesão do território nacional e garanta sustentabilidade do sistema aeroportuário do continente alicerçado na máxima rentabilidade das potencialidades específicas de cada um dos três grandes aeroportos – Porto (Sá Carneiro), Lisboa (Ota) e Faro – mas, sobretudo, na sua indispensável complementaridade;

Mais investimento no estudo das soluções já encontradas para as acessibilidades rodoviárias através da A1, IC2 e A10 e ligações ferroviárias à alta velocidade envolvendo uma vasta equipa de técnicos da ANA, NAER, NAVE, INAC, EP, REFER, RAVE, IMTT e LNEC coordenados pelo gabinete do novo aeroporto na Ota entretanto constituído pelo MOPTC;

Mais determinação numa cuidada preparação do processo de privatização da ANA, salvaguardando o interesse nacional, mas construindo um modelo de financiamento que permita a concretização da Ota e garanta uma qualificada e sustentada exploração dos aeroportos nacionais nos próximos anos.

O país não pode esperar mais, não podemos e não devemos começar tudo de novo. Céptico, mas com humildade democrática, o Governo continua disponível para apreciar propostas de alternativa à Ota, que sejam tecnicamente credíveis, cientificamente estudadas, ambientalmente aprovadas e financeiramente sustentáveis, mas não temos tempo para perder mais tempo, agora é imperativo decidir porque, Lisboa necessita, o interesse nacional recomenda e um Portugal moderno, competitivo e desenvolvido exige o início da construção do novo aeroporto.

A viagem está a decorrer... o rumo está definido... a rota estabilizada... a direcção é correcta... o destino é Ota.

## Ota é a melhor localização para novo aeroporto de Lisboa



JOÃO Cravinho não tem dúvidas de que o novo aeroporto de Lisboa deve ser construído na Ota.

Lembrando que a decisão já vem de há quase três décadas, e que os sucessivos governos, incluindo os do PSD, desde sempre deram o seu aval a esta opção, Cravinho estranha a posição agora tomada pelo maior partido da oposição em relação à localização do novo aeroporto de Lisboa. A opção a sul do Tejo, diz, peremptório, abriria a porta “a uma desenfreada especulação imobiliária” na península de Setúbal.

Para Cravinho, a Ota é a melhor localização, já que oferece maiores garantias de operacionalidade e de sustentabilidade futura de um equipamento com estas características, recusando a argumentação do líder do PSD de que os estudos sobre a Ota não são conclusivos.

Ao falar em Coimbra, no âmbito de um seminário sobre “Um aeroporto para o país”, Cravinho considerou que quem está à nora é o líder do maior partido da oposição que nunca teve perante si estudos suficientes e completos para poder pôr em causa a decisão da Ota, estranhando, por isso, que passados oito anos venha agora dizer que existem alternativas.

O ex-governante recordou, a propósito, a tralhada que o anterior Governo, de que Marques Mendes fez parte, arranhou ao país quando pôs a Ota na gaveta, sublinhando que o actual aeroporto de Lisboa, na Portela, atingirá a saturação a partir de 2010/2011, facto que acarretará enormes prejuízos a Portugal se uma alternativa séria como a Ota não estiver já no terreno.

Desmentindo que alguma vez tivesse posto em causa a solução Ota, Cravinho referiu que a construção de um aeroporto a sul do Tejo não passa de uma encoberta justificação para o surgimento de uma nova ponte a localizar na Trafaria, “que iria custar um balúrdio de dinheiro”, e assim abrir as portas para uma desenfreada especulação imobiliária, na margem esquerda do rio, de contornos pouco definidos.

### Os estudos contra a Ota têm pouca espessura

Os poucos e insuficientes estudos até agora apresentados, pelos defensores da localização do aeroporto de Lisboa a sul do Tejo, disse João Cravinho, apresentam uma espessura fraca e uma profundidade quase nula, razão porque defendeu que a decisão não pode ser tomada por técnicos, “apesar do seu importante e indispensável contributo”, mas por uma ponderação essencialmente política.

Tem de ser o Estado a tomar a decisão final, sublinhou o antigo governante, porque só assim se poderá evitar que um assunto com esta dimensão, peso e importância para todo o país, não corra o risco de resvalar para a pura e dura especulação dos interesses privados que “se ocultam atrás de uma campanha que vem a público em nome dos técnicos que fazem o trabalho, mas que em última análise é comandada e aproveitada por poderosos interesses que não ousam revelar-se”.

E a prová-lo, disse, aí está a recente entrevista dada pelo presidente da CIP que diz estar a patrocinar “um estudo para a localização do novo aeroporto na margem Sul”, que envolve recursos financeiros

de empresários e de outras pessoas, e cujos nomes “se recusa a revelar, alegando que as pessoas neste momento não estão interessadas em que se saiba quem são”.

Sublinhando que é “absolutamente legítimo” que se defendam interesses económicos públicos como privados ou mesmo que se organizem lóbis para defender esta ou aquela localização, Cravinho não deixou contudo de acrescentar que todo este processo não pode é deixar de se fazer às claras.

Reconhecendo que também há especulação imobiliária em torno da Ota, situação provavelmente inevitável, “mas em todo o caso em muito menor escala e de forma muito mais controlada do que no outro lado”, considerou contudo que o tema tem sido abordado com tanta veemência pelos opositores da Ota para “justificar e esconder a que existe a sul do Tejo”.

A este propósito, defendeu ainda João Cravinho, o Governo tem a obrigação de tomar decisões firmes de forma a submeter o desenvolvimento do território, nesta como em qualquer outra zona do país, a conceitos de progresso que privilegiem a natureza supramunicipal dos projectos com vista a uma eficaz racionalização do futuro.

Quanto ao argumento de que na Ota não existem condições ao nível do território envolvente para a construção de uma cidade aeroportuária, considerou esta hipótese “até como bastante favorável”, uma vez que, disse, deve-se apostar antes numa “aglomeração polinucleada” de modo a incluir todas as cidades envolventes ao futuro novo aeroporto de Lisboa, como Santarém, Torres Novas, Cartaxo e Rio Maior ou mesmo Leiria e Marinha Grande. **R.S.A.**

# Lei do tabaco quer proteger os não fumadores

O CONSUMO de tabaco é, hoje, a principal causa evitável de doença e de morte. Atento a esta realidade, o Governo acaba de apresentar uma proposta de lei tendo em vista a criação de uma maior protecção aos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco, quer nos locais de trabalho, quer nos espaços de lazer.

Segundo demonstram diversos estudos científicos, o fumo do tabaco contém milhares de substâncias químicas, com efeitos tóxicos, mutagénicos e cancerígenos, que afectam não já só os fumadores, mas igualmente todas as pessoas que estejam expostas ao fumo do tabaco e que deste modo incorrem igualmente na probabilidade de vir a contrair cancro do pulmão, doenças cardiovasculares e diversas patologias respiratórias de natureza aguda e crónica.

Consciente do movimento mundial que se tem vindo a gerar em torno da necessária protecção de todos aqueles que se encontram expostos ao fumo do tabaco, o Governo, ao apresentar para discussão no Parlamento uma proposta de lei restritiva do uso do tabaco, mais não está a fazer do que ir ao encontro das directivas já aprovadas pela Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde para o controlo do tabaco.

Com a presente proposta de lei, o Executivo pretende que as medidas ali consignadas conduzam a uma efectiva redução da procura e dependência do consumo do tabaco, já que a nicotina, um dos elementos presentes na constituição no tabaco, constitui uma substância com propriedades psico-activas que geram dependência,

razão pela qual se torna necessário, refere o ministro da Saúde, Correia de Campos, “prestar um maior apoio as fumadores que pretendam abandonar este perigoso hábito”.

## Os objectivos são claros

Constituem pontos fundamentais do diploma agora apresentado ao Parlamento, a protecção dos não fumadores da exposição ao fumo passivo, a proibição da publicidade ao tabaco, onde se incluem as já conhecidas advertências nas embalagens, o apoio na cessação tabágica e a informação e educação para a saúde, em particular das crianças e dos jovens.

Segundo Correia de Campos, a coerência de conteúdos e de construção técnica da proposta de lei tem também em vista poder ser confrontada com a sua indispensável exequibilidade.

Com efeito, sublinhou o ministro da Saúde, persistimos durante longos 25 anos com uma lei “socialmente avançada para a época”, mas que ficou “largamente por cumprir”, com pequenas excepções positivas, como a “cessação do hábito de tabaco nas salas de aula e nos transportes públicos”, algo que, na perspectiva de Correia de Campos, foi uma batalha ganha, mas que ficou, todavia, “muito abaixo do desejável”.

Recorde-se que os primeiros passos legislativos dados em Portugal no sentido de uma efectiva prevenção antitabaco deram-se com a publicação da lei 22/82, de 17 de Agosto, mais tarde regulamentada pelo decreto-lei 226/83, de 27 de Maio.

Para o titular da pasta da Saúde,

a presente proposta revela, segundo vários estudos de opinião, “um alto grau de adesão dos cidadãos à longa lista das suas medidas restritivas”, havendo contudo e unicamente uma resistência a assinalar quanto à proibição do uso do tabaco em restaurantes, bares e cafés com menos de cem metros quadrados de área, onde a adesão à proposta de lei do Governo é aqui mais baixa, revelando-se, em contrapartida, “uma elevada aceitação ao modelo opcional, proposto por parte dos proprietários ou responsáveis pelos estabelecimentos da restauração”.

Na opinião de Correia de Campos, os legisladores parlamentares têm agora diante de si a tarefa de terem que ponderar os interesses entre uma medida “sociologicamente exigente” contra o fumo passivo, proposta pelo Governo, “mas potencialmente mais frágil em termos de cumprimento”, ou a sua atenuação através da opção proposta pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais.

Na procura deste equilíbrio, reconhece o ministro da Saúde, entre o rigor na defesa da saúde pública e a capacidade de este dispositivo da lei ser ou não cumprido reside, porventura, a principal dificuldade da presente peça legislativa.

Reconhecendo não ter dúvidas que “todos queremos uma lei exequível”, Correia de Campos não deixou de apelar ao Parlamento para o que vier a aprovar, o seja “sem que haja perda de rigor” ou se desvirtue “a razão de ser do que basicamente está em análise”, ou seja, sublinhou, “a defesa dos cidadãos em geral e dos trabalhadores em especial” contra o fumo passivo. **R.S.A.**

## OPINIÃO



**NÉLSON BALTAZAR**  
Deputado do PS

*Estratégias para mudar comportamentos viciosos da sociedade, têm necessidade de muitos anos de perseverança e firmeza, muito para além das leis*

## HOMICIDA SILENCIOSO

FUMAR é uma das principais causas de doença e de morte, verdadeiramente evitável. Em 2030, se nada fizermos, o tabaco matará em todo o mundo 10 milhões de pessoas. O fumo do cigarro contém mais de 4500 substâncias químicas com efeitos tóxicos, mutagénicos e cancerígenos.

Sei bem como a presença da nicotina no tabaco tem propriedades geradoras de dependência. Comecei a fumar através de uma experiência irregular da adolescência, que rapidamente evoluiu para um consumo regular, cada vez maior. Deixar de fumar obrigou-me a um forte investimento pessoal, há quatro anos. Foi difícil, depois de ser apanhado na malha da dependência tabagista, abandoná-la sem apoio. Hoje posso dizer que venci o pior caminho, mas por vezes ainda se torna difícil resistir.

Ao fim de 40 anos de investigação sobre o assunto, podemos afirmar que, das mortes por doença de cancro no pulmão, 90 por cento têm origem na inalação do fumo do tabaco. A mesma causa origina 30 por cento das outras mortes por cancro e 15 por cento da mortalidade por doenças cardiovasculares.

Para lá dos efeitos sobre os fumadores activos, existem já evidências comprovadas cientificamente da influência maléfica sobre as pessoas expostas ao fumo ambiental do tabaco. Estas têm uma maior probabilidade de contrair doenças oncológicas, cardiovasculares e com patologias do foro respiratório.

Os locais de trabalho, bem como os espaços públicos fechados, constituem uma das fontes importantes de exposição dos fumadores passivos.

Importa interiorizar a brutal verdade que todos os dias nos é mostrada e sobre a qual raramente nos detemos. “Fumar prejudica gravemente a sua saúde e a dos que o rodeiam”. Por isso mesmo não esqueça que, se viajar com uma criança ou com um jovem, dentro do seu carro, não deve fumar! Por amor a si e a quem transporta.

Nas sociedades europeias existem homicidas que exigem de nós maior atenção e profundas alterações comportamentais em sociedade. Dependem exclusivamente do comportamento de cada um de nós e do respeito que devemos sentir, por nós e pelos que nos rodeiam. O excesso de velocidade ou álcool continuam a mostrar-se como homicidas eficazes, em especial cortando cerce a vida de jovens cidadãos. No entanto, neste desvario da mobilidade com um estalar de dedos, muitos acham que é necessário aumentar as velocidades de deslocação. Aliás, protestamos se alguém decide cumprir, em estrada, a velocidade máxima.

Por isso, estratégias para mudar comportamentos viciosos da sociedade têm necessidade de muitos anos de perseverança e firmeza, muito para além das leis. No entanto, estas, podem ser os primeiros passos para que alguns pensem nos problemas, outros aceitem a sua boa-fé e outros ainda protestem porque sentem a sua liberdade tolhida.

Entendo que nas sociedades europeias do mediterrâneo teremos que caminhar a par de alguns aspectos culturais muito enraizados. Entendo que alguns aspectos de pormenor precisem de ser debatidos e eventualmente adiados, temporariamente. Entendo porém que não podemos pactuar com a inconsciência dos que escolhem o caminho mais fácil de continuar a fumar, apesar dos avisos cientificamente confirmados.

Daí a necessidade que os governos europeus sentem de impor algumas regras para ajudar a mudar os comportamentos dos cidadãos fumadores, perante este grave problema de saúde pública. O Governo português não é excepção.

Já temos novidades legislativas propostas que ajudarão a vencer mais algumas batalhas, que se torna imperioso travar, contra este homicida silencioso.



## OPINIÃO



MIGUEL FREITAS  
Presidente da Federação  
do Algarve

*É uma PAC mais justa que se quer. E, com toda a certeza, menos despesista, isto é, mais rigorosa na sua aplicação*

## COMPREENDER A PAC

CREIO que todos temos a consciência da importância das actividades agrícolas para manter um espaço rural vivo e uma paisagem humanizada onde se possa reconhecer uma certa civilidade que nos caracteriza como europeus. O abandono do espaço agrícola e rural traz-nos uma sensação de perda. Daí ser necessário encontrar políticas equilibradas de apoio que permitam manter as actividades, dar competitividade às produções, gerir melhor os territórios e gerar emprego sustentável.

A Política Agrícola Comum (PAC) tem vindo a sofrer uma evolução notável nos últimos anos à procura de se legitimar e ser compreendida pelos cidadãos europeus. Essa evolução tem sido feita no sentido de combater a ideia de uma PAC inútil e incapaz de fazer face a uma profunda desigualdade na distribuição das ajudas.

Assim, de uma política de suporte aos preços dos produtos agrícolas, que beneficiava quem muito produzia e mantinha as ineficiências do mercado, passou-se ao apoio directo aos agricultores desligado da produção, através de um pagamento mediante o cumprimento de um conjunto de obrigações (“regras de condicionalidade”) no domínio do ambiente, da qualidade alimentar e do bem-estar animal. Isto é, pagam-se agora os bens públicos gerados pela actividade agrícola. É verdade que ainda a partir de um histórico de produção, o que significa que se mantém algum nível de distorção, quer entre países, quer entre sectores produtivos. Podemos dizer que é um modelo mais justo, mas ainda não completamente justo.

Com esta estratégia é possível explicar que a PAC não é inútil e tem de continuar a existir. Mas não resolvemos, ainda, o problema da redistribuição dos apoios, para fazer da Política Agrícola Comum, um instrumento de coesão.

Os europeus vieram dizer num inquérito do Eurobarómetro que estão disponíveis a continuar a pagar para se manter a agricultura e o espaço rural vivo. Mas dizem também que dão enorme importância às questões da coesão.

No fundo, o que se pode dizer é que aquilo que o mercado pode pagar, deve ser o mercado a resolver. Aquilo que são outras funções que a agricultura pode prestar, incluindo a manutenção de populações nas zonas mais deprimidas e desfavorecidas da Europa, a sociedade deve estar preparada para apoiar. É uma PAC mais justa que se quer. E, com toda a certeza, menos despesista, isto é, mais rigorosa na sua aplicação.

A PAC caminha para uma solução com três objectivos: (1) mais estabilidade dos rendimentos dos agricultores através das ajudas desligadas da produção, sujeitos às “regras da condicionalidade”; (2) mais segurança para situações de risco e de prevenção de crises; (3) mais desenvolvimento rural, com reforço da competitividade, do emprego e da sustentabilidade.

Quanto às ajudas directas, a tendência será para um apoio à área igual em todos os países e para todos os sectores. Essas ajudas terão um limiar máximo por agricultor (“plafonamento”) e um desconto proporcional nas ajudas (talvez 10 por cento, na chamada “modulação”). Chamemos a estas ajudas o custo mínimo de manutenção. Teremos, assim, uma PAC mais justa e promotora da coesão.

Quanto à segurança, o fim da intervenção nos mercados está eminente e, portanto, vão-se estimular sistemas mais adaptados de seguro agrícola e remeter para o fundo de solidariedade as situações de crise (secas, inundações e outras intempéries). Vamos ter uma PAC menos intervencionista.

No caso do desenvolvimento rural, continuará a apoiar-se a competitividade dos sectores agrícolas, mas também florestais, alargam-se os pagamentos agro-ambientais, particularmente nas zonas da Rede Natura 2000 e aposta-se com mais convicção na diversificação das actividades em meio rural. Teremos uma PAC mais virada para apoiar o serviço e não os produtos da agricultura.

Creio que o futuro da PAC passa por sermos capazes de explicar os seus objectivos, dar a conhecer os seus resultados e envolvermos a sociedade em geral nos seus benefícios. Tem de ser claro, que além de produtora de produtos, a agricultura gera bens e serviços públicos que é necessário pagar. E que o mercado, só por si,

## Portos de pesca no Algarve beneficiam de grande investimento

**O Governo deu mais um sinal claro da aposta num sector fundamental para a economia portuguesa, ao aprovar a construção de novos portos de pesca e a requalificação das infra-estruturas portuárias existentes, num total de investimentos, com fundos comunitários e nacionais, que rondam os 10,9 milhões de euros.**

EM comunicado, o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas refere que, ainda no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, vão ser construídos “a breve prazo” dois novos portos de pesca nas localidades de Santa Luzia e Cabanas, no concelho de Tavira.

Estas infra-estruturas portuárias representam um investimento superior a 1,6 milhões de euros, que irão beneficiar os profissionais de pesca destas localidades.

Em simultâneo, também os portos de pesca de Quarteira e Albufeira irão ser alvo de obras de remodelação, recuperação e construção de infra-estruturas terrestres, de modo a “beneficiar a



qualidade e segurança dos serviços prestados aos pescadores”, através de um investimento de cerca de 6,5 milhões de euros.

Na nota de Imprensa do Ministério, recorda-se ainda que recentemente também tinha sido aprovado um investimento de 2,7 milhões de euros para a construção de outros dois novos portos de pesca na Culatra, concelho de Faro, e Arrifana, concelho de Aljezur.

Com estes investimentos, trata-se de “elevar, no Algarve, os patamares de segurança que actividade pesqueira exige, melhorando a qua-

lidade dos serviços de apoio à pesca costeira e proporcionando todas as condições técnicas que o mercado comum de pesca exige, permitindo assim que os produtos de pesca se tornem mais competitivos”.

As obras de construção e requalificação dos portos de pesca deverão estar concluídas até ao final de 2008.

Alguns destes investimentos tiveram participação do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e das câmaras municipais, como foi o caso de Faro e Aljezur. J. C. C. B.

## Qualidade do turismo algarvio passa por um correcto ordenamento territorial

**A ideia de que o incremento da qualidade do turismo no Algarve terá de passar também por uma correcta política de ordenamento territorial foi uma das principais conclusões de um debate promovido conjuntamente pela Secção Temática do Turismo e a Federação de Faro do PS.**

O EVENTO, subordinado ao tema “Turismo e Ordenamento do Território: Uma Visão Empresarial”, realizado em Albufeira, contou com a presença de cerca de duas centenas de participantes. As notas introdutórias foram proferidas por Joana Neves, secretária coordenadora da Secção Temática do Turismo, e por André Magrinho, secretário da mesma estrutura.

As principais intervenções do debate, que teve como moderador Vítor Neto, ex-secretário de Estado do Turismo, foram confiadas a um painel de reconhecidos empresários, como Jorge Rebelo de Almeida (Grupo Vila Galé), José Dias (Empreendimento Monte Rey), Jorge Armindo (Grupo Amorim) e Marc van Gelder (Empreendimento Castro Marim Golfe).

Como principal conclusão dos trabalhos registou-se o reconhecimento de que o incremento da qualidade do turismo oferecido por Algarve terá



de passar também por uma correcta política de ordenamento territorial. A crescente escassez de território disponível junto à costa algarvia põe em evidência a necessidade de se continuar a progredir rumo à consolidação de um tipo de turismo que seja gerador de maior receita, sem que isso implique grande aumento do número de visitantes.

Foram abordadas contradições existentes entre os diferentes instrumentos legais de ordenamento do território, bem como a morosidade excessiva por parte das administrações públicas no exarar de decisões, tendo neste ponto havido o reconhecimento unânime do esforço que o actual Governo está a realizar para eliminar tais estrangulamentos.

Foram também apontadas figuras que se têm revelado desajustadas da realidade, como o caso das Áreas de

Aptidão Turística, que para pouco têm servido.

Foi, ainda, unânime a ideia da necessidade de uma melhor adequação do modelo de promoção turística, com vista a poder dar resposta às reais necessidades do mosaico de produtos turísticos nacional, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de promoção temáticos e com a participação e investimento activos dos empresários.

Miguel Freitas, presidente da Federação do Algarve, ao intervir no encerramento do debate, salientou a importância de eventos desta natureza, porque é através deles que o Partido Socialista pode delinear e desenvolver políticas que vão ao encontro das verdadeiras necessidades do país e fundamentalmente dos destinos turísticos, como é exemplo uma das grandes regiões turísticas portuguesas – o Algarve.



# “Autarquias socialistas do distrito têm feito um trabalho exemplar”

LUÍS PITA AMEIXA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

O actual Governo colocou em “ritmo acelerado” os grandes projectos estruturantes para o distrito de Beja, afirma Luís Pita Ameixa, presidente da Federação do Baixo-Alentejo, sublinhando que o Alqueva, “um empreendimento intimamente ligado ao PS”, terá efeitos importantes para o “progresso e desenvolvimento” da região.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Pita Ameixa adianta que a sua acção à frente da Federação tem sido baseada num “trabalho colectivo” e de valorização das secções concelhias, bem como de abertura aos independentes, no âmbito do espírito das Novas Fronteiras. E classifica ainda de exemplar o trabalho desenvolvido pelas câmaras de maioria socialista.

J.C. CASTELO BRANCO

**Que balanço faz da sua acção à frente da Federação do Baixo-Alentejo?**

A nossa acção tem sido baseada num trabalho colectivo que envolve todas as secções e, especificamente, os órgãos da Federação.

Um dos pontos de honra da Federação tem sido o de realizar as reuniões dos órgãos em conformidade com as determinações estatutárias e valorizar todas as plataformas de participação militante e cidadã, de que são exemplos mais expressivos o Gabinete de Estudos e o Fórum Novas Fronteiras do Baixo-Alentejo.

O Gabinete de Estudos ajuda os órgãos políticos da Federação a pensar temas importantes para a região e promove a participação de muitos camaradas que de outro modo não teriam a mesma oportunidade de contribuir para a acção política.

O Fórum Novas Fronteiras tem tido sucesso ao alargar a participação aos independentes, bem como aos militantes, de que um dos recentes exemplos foi o debate acerca da política de ordenamento do território, muito participado e com elevada qualidade.

A constituição e funcionamento, sem falhas, do Conselho Consultivo, cujo presidente é eleito em Congresso, tem sido um importante meio de contar com a participação de alguns dos melhores, mais verdadeiros e mais experientes socialistas, útil no aconselhamento da acção federativa no distrito, e uma honra que, em política, deve contar.

Por outro lado, temos tido a preocupação de fomentar a unidade do partido, sendo importante elogiar a generalidade dos socialistas que têm sabido identificar o que é fundamental, os passos positivos que todos têm dado e que têm contribuído para essa mesma unidade, superando todos os obstáculos, numa atitude verdadeiramente digna de democratas e socialistas, e que muito tem contribuído para a defesa do prestígio do PS e sua afirmação mais positiva na sociedade.

Portanto, atentas as regras estatutárias

e o mandato político do Congresso, considero que os socialistas do Baixo-Alentejo estão todos à frente no trabalho da nossa Federação, um trabalho com correcção e que tem dignificado o PS.

**Como tem sido realizado o trabalho da Federação junto das secções, da JS, das mulheres socialistas e de outras estruturas distritais?**

Nesta Federação temos trabalhado no sentido de valorizar as secções concelhias, pois parece-nos mais operacional e eficaz privilegiar a organização partidária com base em estruturas concelhias em detrimento da pulverização por uma imensidão de secções.

Neste momento apenas em dois concelhos ainda não existe uma organização baseada em uma única Secção – a Secção Concelhia.

Ora, sendo certo que a proximidade com as secções é deveras importante para a eficácia do trabalho político do partido, uma das medidas que lançámos consistiu em instituir a prática de que todos os presidentes das secções concelhias são convocados e participam sempre nas reuniões do Secretariado da Federação.

O presidente da estrutura distrital da JS e a presidente do Departamento do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas, por direito próprio, também participam as reuniões do Secretariado da Federação.

Neste momento, a Comissão Permanente do Secretariado da Federação está a cumprir uma ronda pelo distrito reunindo, descentralizadamente, em todas as Secções, em sessões semanais de trabalho conjunto com os respectivos dirigentes locais.

O Departamento Federativo da Mulheres Socialistas encontra-se regularmente constituído e em funcionamento. Recentemente, foi-lhe mesmo adjudicada a direcção da campanha para o referendo sobre a IVG, âmbito em que realizou várias acções pelo distrito.

Aliás, é preciso sublinhar, no distrito de Beja o “sim” nesse referendo



obteve o melhor resultado do país.

No que respeita à JS, a Federação do partido promoveu recentemente uma reunião com o presidente da Federação da JS em que, sem embargo da autonomia estatutária da JS, foi solicitada e incentivada esta organização a reforçar mais a sua acção, na medida em que se reconhece a importância do trabalho político com e para os jovens.

O esforço de informação interna também está a ser incrementado com a edição de um boletim informativo electrónico e que irá ter também uma versão em papel.

**De que forma é que se tem processado a abertura do partido na região às forças vivas locais e aos independentes próximos do PS?**

O nosso partido está bem inserido na sociedade baixo-alentejana, nomeadamente através da participação social e cidadã dos militantes nas mais diversas associações e estruturas e através de uma prestigiosa intervenção autárquica.

Aliás, uma parte significativa dos autarcas do PS, partido que concorreu à eleição de todos os órgãos autárquicos de todas as autarquias locais, são cidadãos independentes que conosco cooperam e participam, no âmbito do espírito das Novas Fronteiras.

**Os camaradas Pita Ameixa e Marcos Perestrello, os dois deputados eleitos por Beja, têm tido uma intensa actividade, quer no Parlamento quer no distrito em prol do desenvolvimento da região e da qualidade de vida das populações. Fale-nos um pouco dessa vossa acção?**

Os deputados socialistas neste

“Na próxima década, os efeitos do que se está a fazer agora no Baixo-Alentejo serão mensuráveis em mais desenvolvimento e progresso”

distrito representam o voto de mais de metade do eleitorado e estando o PS no Governo, temos obviamente especiais responsabilidades e concitamos, naturalmente, importantes expectativas das pessoas e das instituições.

Neste quadro, o nosso objectivo principal é chegar, no final da legislatura, com o programa eleitoral integralmente cumprido.

Investimentos do Estado como Alqueva, aeroporto de Beja ou a nova rodovia de ligação entre o litoral e o interior do Baixo-Alentejo, entre Sines e a Fronteira de Vila Verde de Ficalho (IP 8), são para concretizar e estão a percorrer o seu caminho nesse sentido.

Temos acompanhado as mais importantes actividades da região, com a nossa presença, bem como trazido à Assembleia da República e Governo as preocupações e necessidades locais.

Por exemplo, ainda recentemente fizemos uma intervenção política no Parlamento sobre Beja e o seu distrito, tal como confrontámos o Governo com a necessidade de tomar medidas em matérias como a melhoria da resposta de urgências

médicas, ou com medidas de moralização fiscal decorrentes da sobrevalorização fundiária induzida pelo investimento de Alqueva, ou sobre a reorganização da Administração do Estado na sua expressão regional e local, ou sobre o serviço ferroviário para a capital do distrito.

Temos vindo a realizar um programa de visitas a instituições e aos concelhos do Distrito, a última das quais se traduziu numa visita à empresa Somincor, com descida ao fundo da mina de Neves-Corvo, onde contactámos com a Administração e com os trabalhadores da empresa.

De igual modo temos mantido uma profícua cooperação estratégica com o Governo Civil de Beja, esteio de uma boa síntese da interacção entre os níveis central e local na Administração do Estado.

**De que forma o Alqueva tem sido um projecto capaz de potenciar o desenvolvimento económico do Alentejo?**

Trata-se de um dos maiores investimentos públicos do país, que na sua totalidade atingirá os dois mil milhões de euros.

Este empreendimento encontra-se intimamente ligado à política do PS. Na verdade, depois de António Guterres ter inaugurado a barragem, em 2002, temos de novo um Governo do PS a alavancar as obras da segunda fase do investimento, direccionada sobretudo para a vertente agrícola e que tem a sua expressão essencial no Baixo-Alentejo.

Com o Alqueva agrícola vão ser dotados com irrigação 110 mil hectares de terras num horizonte de meia dúzia de anos, o que, aliás, decorre de uma importantíssima decisão do Governo presidido >

> pelo camarada José Sócrates, no sentido de antecipar em uma década a finalização deste grande empreendimento, o qual, na sua programação original só estaria concluído lá pelo ano de 2025.

Levar água a todas estas terras terá o efeito de uma revolução nas culturas, que já se começa a observar e sentir, com efeitos na indução de outras actividades, como as agro-indústrias, na criação de riqueza e de emprego, que terão fortes impactos no desenvolvimento da região e do país.

Os 110 mil hectares de regadio nos campos de Alqueva abrem também uma frente nova com a emergência das culturas bioenergéticas, uma alternativa para a produção de combustíveis verdes e também uma nova alternativa para a agricultura.

De igual modo, nos domínios do turismo ou da produção de energia, o Alqueva terá efeitos importantes na criação de riqueza e para o progresso e desenvolvimento.

**Região com os mais baixos índices de desenvolvimento e elevado desemprego, o Alentejo está a merecer da parte do Governo a atenção que lhe é devida, nomeadamente através de políticas de discriminação positiva?**

A discriminação favorável confirma-se em investimentos como esse do Alqueva ou na aposta em abrir ao tráfego civil o aeroporto de Beja, iniciativas que trazem à região novidade e diferenciação capazes de atrair outros investimentos, empresas e pessoas.

**Como vê os projectos turísticos que estão programados para o litoral alentejano. E que comentário lhe merecem as críticas que alguns sectores, nomeadamente os ambientalistas, fazem a estes empreendimentos. Não se corre o risco de um desenvolvimento que não assente em bases sustentáveis do ponto de vista ambiental?**

A área da Federação cobre em parte o litoral alentejano, através do maior concelho do país – Odemira. E com os restantes concelhos do litoral – Sines, Santiago do Cacém, Grândola, Alcácer do Sal – que pertencem à Federação de Setúbal, existe uma importante conjugação política e estratégica.

Independentemente da cor política das autarquias respectivas, estes Concelhos integram a mesma associação de Municípios que os restantes do Distrito de Beja – a AMBAAL, Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral – agrupando um total de 18 concelhos das duas NUT III.

Recentemente as duas federações socialistas – Setúbal e Baixo-Alentejo – constituíram uma estrutura de coordenação específica para o litoral, envolvendo os presidentes das concelhias e dois representantes dos secretariados destas federações, que está a trabalhar e, designadamente, acompanha com proximidade e responsabilidade esses grandes projectos turísticos.

O compromisso dos socialistas, no Governo, nas autarquias e no



partido, é o de aproveitar os factores de desenvolvimento que o território nos proporciona dentro da compatibilidade com as mais exigentes regras ambientais.

Por isso, tais investimentos são em número tão reduzido, cada um deles apresentando baixas taxas de densidade de ocupação e, ainda assim, sujeitos a medidas alternativas de minimização de impactes ambientais. Isto garante, portanto, um desenvolvimento sustentável.

**Como vê o futuro do Baixo-Alentejo? Há motivo de esperança, nomeadamente no que respeita à fixação da população, em especial da juventude?**

Claramente que há motivo de esperança, pois as grandes linhas de desenvolvimento que foram estudadas e que são, até, muito consensuais na região, estão a ser aplicadas pelo Governo do PS e que passam por alguns dos investimentos de que falámos atrás.

Na próxima década, os efeitos do que se está a fazer agora serão mensuráveis em mais desenvolvimento e progresso.

O saldo demográfico é o nosso maior problema e o emprego é a questão mais candente pois só este é susceptível de garantir o crescimento demográfico.

Beja é o maior distrito do país com mais de dez mil quilómetros quadrados mas cada vez mais escassamente povoado, não tendo sequer capacidade para aguentar a viver na região todos aqueles que nela nascem.

O abandono do território por parte da juventude agudiza os pro-

blemas com essa sangria dos estratos populacionais mais ambiciosos e dinâmicos e, em consequência, um acentuado envelhecimento.

Isso também envolve uma perda de importância relativa a todos os níveis, inclusive no plano político.

Ora, toda a acção tem de estar virada para o reforço da base populacional e, os grandes projectos estruturantes, na agricultura e na agro-indústria, na aeronáutica, na exploração mineira, no turismo, na energia, são válidos nesse objectivo virado para as pessoas.

**Que projecto autárquico alternativo tem o PS para o Baixo-Alentejo, capaz de se demarcar com clareza das propostas da direita e da CDU?**

O PS é hoje um importante partido autárquico no Baixo-Alentejo e os municípios e freguesias de maioria socialista têm feito um trabalho exemplar na administração política das suas autarquias.

Sobretudo, a alternativa autárquica do PS passa por derrubar barreiras, ainda muito marcadas, de dogmatismo e fidelidade a soluções políticas excêntricas e desfasadas no tempo e no espaço face à nossa inserção ocidental e europeia.

Certas forças políticas, por isso, têm querido fechar a nossa região num mundo à parte e é (ainda!) preciso quebrar essas amarras, o que só se fará pelo âmbito autárquico.

Por outro lado, este mundo à parte criou as suas próprias raízes nas freguesias, nas câmaras, nas associações de municípios e em outras estruturas, fundadas na ocupação de posições,

“O crescimento da economia e o saneamento das contas públicas têm de avançar a par com despesas sociais inovadoras, como o complemento solidário para idosos”

“O ideário socialista está histórica e intimamente ligado à representação filosófica do justo e do bem comum colectivo”

também será uma mais-valia e poderá trazer sinergias associadas ou consequentes que potenciarão as suas capacidades de desenvolvimento integrado e harmónico no nosso território.

Por isso, o cumprimento do Plano Rodoviário Nacional e a efectiva construção de uma nova e moderna via de ligação horizontal no Baixo-Alentejo, do litoral à fronteira, será a cereja final em cima do bolo que pretendemos ver concretizada.

**Como avalia o desempenho do primeiro-ministro, José Sócrates?**

São conhecidas as dificuldades da governação e, em particular, a situação bastante complicada em que o camarada secretário-geral recebeu as finanças do Estado e a economia do país, quando chegou ao Governo.

Os dados e números a que todos têm acesso mostram como em dois anos se conseguiu uma evolução positiva e até superior ao previsto ou esperado.

O primeiro-ministro apontou um caminho e definiu um rumo ao país. Esse caminho está a ser trilhado e é necessário.

O crescimento da economia e o saneamento das contas públicas têm de avançar a par com despesas sociais inovadoras, como o complemento solidário para idosos, a reforma da Administração e da Função Pública têm de fazer-se tanto como a reforma da segurança social, a aposta na formação e na educação tem de avançar tanto como o investimento na tecnologia e na investigação.

O cumprimento do programa eleitoral socialista será benéfico para Portugal e o Governo ao cumpri-lo faz o seu dever e honrará o PS.

**O que é ser socialista em 2007, num mundo em que prevalecem as ideias neoliberais, com a consequente apologia da mão invisível e permanente e feroz crítica ao papel do Estado na economia e na sociedade?**

O ideário socialista está histórica e intimamente ligado à representação filosófica do justo e do bem comum colectivo.

A contribuição de cada indivíduo na sociedade é estimulada pelas suas aspirações mas não deve deixar de ser contributiva, positivamente, para o colectivo.

Se a acção individual deve ser, directa ou indirectamente, benéfica para a sociedade, a organização colectiva não deve deixar de se constituir como útil para cada um e todos.

Assim, a sociedade política moderna deve estimular elevados níveis de responsabilidade individual, e valorizar a criatividade e o dinamismo das pessoas.

Essa sociedade também deve querer, culturalmente, rever-se em altos níveis de inclusão, de igualdade e de progresso.

Assim, essa combinação de essência entre a liberdade individual e a responsabilidade colectiva concretiza o ser socialista.

no domínio do emprego e na gestão da influência que, em contextos de decadência e imobilidade populacionais, é muito difícil de superar.

Ora, nós precisamos de ganhar uma maioria política interautárquica socialista para romper este entorpecimento.

Esse é o nosso caminho estratégico que queremos alcançar, pois só ele permitirá mudar o posicionamento autárquico, das actuais posições recuadas de protesto e obstáculo, para posições representativas mais avançadas de propositura e de integração.

**Que balanço faz destes dois anos do Governo PS, em particular no que concerne às políticas dirigidas ao distrito de Beja?**

Nestes dois anos de Governo PS foi possível pôr a andar em ritmo acelerado os grandes projectos estruturantes de que falámos atrás como Alqueva e o aeroporto de Beja, ver reabrir a laboração na mina de Aljustrel, aprovar os grandes projectos turísticos, apostar nos biocombustíveis, e nas energias renováveis, como a hídrica em Alqueva ou a solar (o Governo apoiou aqui as maiores centrais mundiais), ou verificar a aposta enorme na plataforma industrial de Sines, que se liga intimamente ao distrito de Beja.

**Há alguma medida em particular que gostaria de ver tomada pelo Governo até ao final do mandato?**

Todos estes grandes projectos e empreendimentos de que temos vindo a falar precisam de ser cerzidos entre si pois a sua conjugação

## Deputados por Beja desenvolvem contactos no distrito

OS DEPUTADOS socialistas eleitos pelo círculo eleitoral de Beja, Luís Ameixa e Marcos Perestrello, têm vindo a desenvolver uma série de contactos e actividades no distrito.

O destaque vai para as reuniões mais recentes com a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA) e Sociedade Mineira de Neves Corvo (Somincor), empresa que explora o complexo mineiro de Neves Corvo. No primeiro caso importou conhecer, no terreno, as consequências directas em termos de obras e planificação, decorrentes da decisão do actual Governo em antecipar a conclusão do projecto do Alqueva em uma década.

Projecto fundamental na prossecução do desenvolvimento regional, a par do avanço inequívoco do aeroporto de Beja, Alqueva cativa hoje uma fatia considerável do esforço de investimento do Governo no desenvolvimento do país e da região, sendo por isso um dos projectos sobre o qual recaem maiores atenções.

O impacto económico e as expectativas futuras do Alqueva no distrito de Beja foram explicados aos deputados socialistas.

Também em Neves Corvo, concelho de Castro Verde, a Somincor recebeu a visita de Luís Ameixa e Marcos Perestrello que, a convite do conselho de administração da empresa, ficaram a conhecer a actual realidade da mina, condições laborais e projectos de exploração futuros. Sendo uma das principais empresas empregadoras do distrito, a Somincor é hoje um dos últimos casos de sucesso da indústria extractiva do país, fazendo parte de um grupo económico internacional com interesses e investimentos em várias partes do globo, sendo igualmente proprietária das vizinhas minas de Aljustrel, cuja reabertura só foi possível devido a um acordo de investimento entre o Estado português e a empresa proprietária, cuja assinatura decorreu há cerca de um ano, em Aljustrel, com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates.

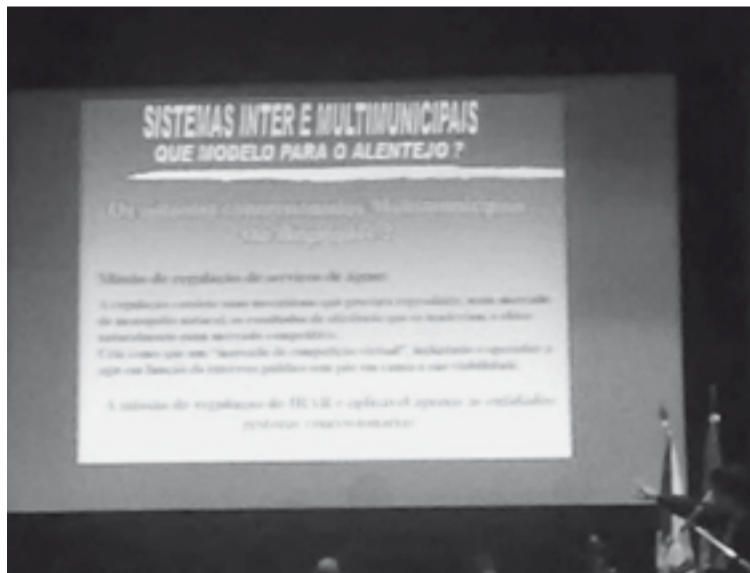


## Autarcas socialistas do distrito debateram sistemas de saneamento e Lei das Finanças Locais

EM DEBATE promovido pela Federação do Baixo-Alentejo do PS, reuniram em Moura os autarcas socialistas do distrito de Beja para discutir os sistemas de abastecimento de água e saneamento e a nova Lei das Finanças Locais e transferências de novas competências para as autarquias.

A iniciativa contou com a presença do secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, e do secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita.

Sendo um fórum privilegiado de debate e reflexão, as intenções da equipa federativa apontam para



a realização de mais iniciativas do género, e em "em vários concelhos do distrito", assegura Luís Pita Ameixa, presidente da Federação.

A análise dos sistemas de água e saneamento dominou a primeira parte do encontro, procurando esclarecer as dúvidas dos autarcas. Numa apresentação feita por autarcas socialistas de Odemira acerca deste tema, foi defendido que o modelo mais eficaz para a realidade alentejana é o multimunicipal. Uma opinião partilhada pela maioria dos presentes, num debate onde a crítica aos municípios CDU se fez ouvir.

Luís Ameixa considerou mesmo

um "erro a opção pelo sistema intermunicipal", defendida por aqueles municípios.

A segunda parte do encontro abordou a nova Lei das Finanças Locais. O secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, garantiu, na sua intervenção, que a "lei veio criar condições para a credibilidade da gestão local", acrescentando que o diploma afirma "critérios claros de coesão territorial".

Encerrou o debate o secretário nacional para a Organização, Marcos Perestrello, que centrou a sua intervenção no programa de reformas que o Governo está a realizar com vista à modernização do país.

## Federação do Baixo-Alentejo reúne semanalmente com comissões concelhias

NO ÂMBITO da política de descentralização, a Federação do Baixo-Alentejo tem vindo a realizar semanalmente um conjunto de reuniões com os secretariados das secções concelhias de todo o distrito de Beja.

As primeiras secções a receber a visita dos órgãos federativos foram Serpa e Castro Verde.

Pretende-se aprofundar o diálogo, promover a reflexão e a partilha de ideias e experiências, bem como a actualização do conhecimento das realidades locais de cada concelhia.

Estas reuniões têm servido, sobretudo, para a interacção mais próxima entre as bases e a

estrutura federativa, funcionando mesmo como fórum de sensibilização mútua das necessidades actuais e desafios futuros que se colocam ao PS Baixo-Alentejo e ao país.

No plano interno têm vindo a ser abordados temas relacionados com a organização do PS a nível local.

Matérias como o desenvolvimento socioeconómico, finanças locais, abastecimento de água, cultura e desporto, acção social; entre outras, têm estado em destaque nas reuniões já realizadas e que, sublinhe-se, têm contado com uma forte e motivante participação.





## O PS NO BAIXO ALENTEJO

### FEDERAÇÃO

#### COMISSÃO POLÍTICA

##### Inerentes

Albano Graça de Almeida  
 Álvaro José Pato Azedo  
 Amâncio Mendes Piedade  
 Aníbal Sousa Reis Costa  
 António Camilo Coelho  
 António José Patinho Pereira  
 Carla José Candeias Lança  
 Carlos Manuel Inácio Figueiredo  
 Duarte Freitas de Sousa  
 Fernando Joaquim Galhano Viola  
 Fernando Jorge Castanho Silva Romba  
 Francisco António Orelha  
 Francisco José N. Gabriel Bossa  
 João de Deus Cabral Cordovil  
 João Manuel Tasquinha Covas  
 Joaquim António Rasgadinho Santos  
 Joaquim Maria Galhano Viola  
 Jorge Manuel Fernandes Coelho  
 Jorge Pulido Valente  
 José Carlos Fernandes Durão  
 José Saramago Ferreira Camacho  
 Leandro José Almeida Gonçalves  
 Luís Abílio da Conceição Cacito  
 Luís Manuel Matos Barradas  
 Luís Maria Santa Rita  
 Marcos Perestrello  
 Mário Avelino Silva Martins  
 Paulo Jorge Lúcio Arsénio  
 Pedro Miguel Antunes Ferreira  
 Pedro Nuno Raposo Prazeres do Carmo  
 Ricardo Filipe Nobre Campos M. Cardoso

##### Eleitos

Noel Farinho  
 Paulo Pisco  
 Rui Cabrita  
 Rui Sousa Santos  
 Sandrina Piteira  
 Silvino António  
 Tito Batalha  
 MS - Romana Romão  
 JS - António Gatinho  
 JS - Bruno Sustelo  
 JS - João Ribeiro  
 JS - Luís Custódio  
 JS - Nelson Brito

### CONSELHO CONSULTIVO DA FEDERAÇÃO

#### Presidente

Manuel Masseno

Albano Almeida  
 Albertino Ribeiro  
 Amâncio Piedade  
 Aníbal Costa  
 Carlos Durão  
 Casteleiro de Goes  
 Domingos Guerreiro  
 Inácio Serranito  
 Isabel Martins  
 José Sebastião de Brito  
 Luís Cacito  
 Manuel Alfaiate  
 Manuel Trindade dos Reis  
 Maria Valente Garcias  
 Miguel Bule

#### PERMANENTE DA FEDERAÇÃO

#### Presidente

José Camacho

Francisco Baptista  
 Vasco Cordeiro  
 António Cachopo  
 Manuel Ribeiro

#### COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

#### Presidente

Luís Cacito

Augusto Candeias  
 Ricardo Martins  
 Joaquim Garrido  
 Zulmira Gama  
 José Moleiro  
 Joaquim Cerejo

#### COMISSÃO FEDERATIVA DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### Presidente

José Camacho

Francisco Baptista  
 Vasco Cordeiro  
 António Cachopo  
 Manuel Ribeiro

#### GABINETE DE ESTUDOS DA FEDERAÇÃO

#### Presidente

José Guerra

#### SECRETARIADO DA FEDERAÇÃO

António Loução  
 Arlindo Costa  
 Carlos Calhau  
 Fernando Romba  
 Francisco Orelha  
 Helder Guerreiro  
 Joana Palminha  
 João Fragoso  
 José Eduardo Lança  
 José Fernando  
 José Guerra  
 José Carias  
 José Nicolau  
 Noel Farinho  
 Rui Sousa Santos  
 António Gatinho - JS  
 Romana Romão - MS

#### PRESIDENTES DE CONCELHIA

##### Aljultrel

Nelson Brito

##### Almodôvar

Rui Cabrita

##### Alvito

Joaquim Santos

##### Barrancos

Conceição Casa Nova

##### Beja

Paulo Arsénio

##### Castro Verde

Leandro Gonçalves

##### Cuba

Luís Santa Rita

##### Ferreira do Alentejo

Aníbal Reis Costa

##### Mértola

Mário Martins

##### Moura

Álvaro Azedo

##### Odemira

Ricardo Cardoso

##### Ourique

Pedro Do Carmo

##### Serpa

António Pereira

##### Vidigueira

Mendes Pinto

### COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

#### Presidente

Celso António Serra

Sandra Cristina Basílio  
 Márcio Manuel Rodrigues Pereira  
 Pedro do Carmo Alves Simão  
 José António Maltez Heleno

### DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS

#### Efectivas

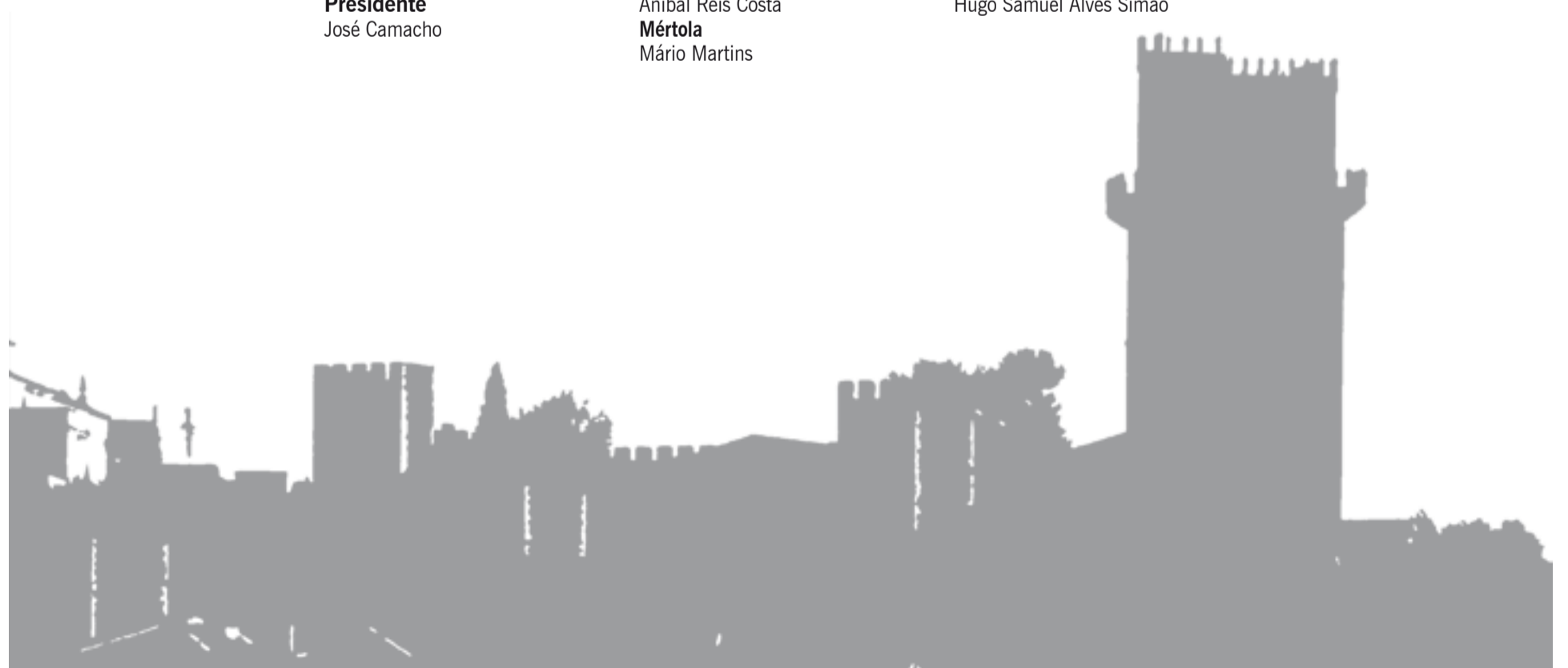
Maria Zulmira Alves R.C.A Gama  
 Cesaltina Santa Barbara  
 Maria da Graça Gois Belchior Fernandes  
 Maria da Conceição G. Casa Nova  
 Carla Marisa Cruz da Silva  
 Idalina Artur Elias Batalha  
 Maria Alice S. Domingues. Garcias  
 Maria da Conceição L. B. Margalha  
 Maria de Lourdes G. G. da C. Cacito  
 Manuela Rosa O Santos Marciano  
 Ana Sofia Santos Brito André  
 Sónia Cristina Afonso Nascimento  
 Cláudia Sofia Bicho Palma  
 Ana Rute Beringel de Sousa  
 Maria Fernanda Romba Ada Silva Martins  
 Antónia Joaquina S. Marques Brazio

#### Suplentes

Maria Augusta Madureira  
 Laura Carla Silva Fernandes  
 Filomena da C. Salgueiro S.L. Sardica  
 Ana Filipa Guerreiro Gamito  
 Maria Alice Lino Fialho  
 Ana Mafalda Machado Batista  
 Claudia Campos Lourenço  
 Dulce Conceição Redes Coelho Ramos

#### SECRETARIADO

Maria Zulmira Alves R. C. A. Gama  
 Idalina Artur Elias Batalha  
 Maria Alice S. Domingues. Garcias  
 Ana Rute Beringel de Sousa



# Mais escolaridade representa melhor economia

PARA a OCDE, um dos factores que mais contribuíram para o fraco desenvolvimento económico de Portugal entre as décadas de 70 e finais dos anos 90 radica sobretudo no baixo nível de escolaridade dos portugueses.

Com efeito, e segundo dados apresentados por esta organização, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em Portugal poderia ter sido em média mais de 1,2 por cento todos os anos, entre a década de 70 e princípios do século XXI, se os níveis de escolaridade dos portugueses estivessem equiparados à média registada nos restantes países da OCDE.

Ainda segundo esta organização, estima-se que mais um ano de escolaridade representa em termos objectivos um aumento da taxa de crescimento económico anual do PIB entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais, facto ainda mais relevante quando Portugal surge como um dos países onde é mais compensador um trabalhador possuir qualificação adequada.

Com efeito, um trabalhador com o ensino secundário em Portugal ganha, em média, mais cerca de 60 por cento do que um trabalhador que não tenha obtido essa escolaridade, enquanto o trabalhador com o grau académico do ensino superior obtém mais-valias económicas que em média representam mais do triplo de quem só tem no máximo o ensino básico completo.

Por outro lado, e ainda segundo o estudo da OCDE, mais escolaridade representa, por um lado, uma maior taxa de emprego e, por outro lado, uma menor duração no desemprego.

A atestar este cenário, estão as

estatísticas que nos referem que em 2006 a taxa de desemprego para o nível de habilitação até ao básico foi de 7,7 por cento, enquanto que para o nível de habilitação superior essa percentagem baixa para 6,3 pontos percentuais.

Quanto à duração do desemprego, apenas 21 por cento dos licenciados demoram mais de um ano a voltarem a encontrar um posto de trabalho, esta percentagem sobe para 35 por cento para aqueles que só possuem até ao 9º ano de escolaridade e volta a subir ainda mais para cerca de 56 por cento para aqueles que não tem qualquer qualificação.

Estes dados reflectem, aliás, uma realidade sentida em Portugal, uma vez que nos últimos seis anos a economia portuguesa foi capaz de criar perto de 400 mil novos postos de trabalho para pessoas com qualificação de nível secundário ou superior, tendo-se registado, ao invés, uma assinalável perda de postos de trabalho, cerca de 245 mil, que estavam ocupados por trabalhadores sem qualificações ou com níveis de escolaridade até ao ensino básico.

## Um programa de sucesso

Qualificar cada vez mais trabalhadores é o objectivo fundamental do Programa Nova Oportunidades que o Governo está a lançar e que recolhe já a aplauso unânime de todos os quadrantes económicos, políticos e sociais.

Os dados estão aí e começaram a revelar um dado que há muito já se sabia: um país com melhores níveis de qualificação é sinónimo de uma economia mais sólida.

Até agora, mais de 250 mil adul-

tos aderiram ao Programa Novas Oportunidades, ou seja, cerca de 7,5 por cento da população activa sem o ensino secundário completo está a recorrer a este programa tendo em vista aumentar as suas qualificações.

Recorde-se que o Programa Novas Oportunidades, apresentado por este Governo em 2005, tem como objectivo prioritário mobilizar os jovens e os adultos no sentido de lhes possibilitar poderem aumentar as suas qualificações académicas até ao nível do 12º ano de escolaridade.

E o sucesso desta iniciativa está agora bem demonstrado pelos números que os ministros do Trabalho e Segurança Social, Vieira da Silva, e da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, vieram dizer ao país.

Até agora, 250.774 adultos aderiram ao programa, sendo que mais de 176 mil para concluírem a sua formação ao nível do ensino básico e cerca de 75 mil para terminarem a sua formação ao nível do ensino secundário.

Para se ter uma ideia de importância que esta iniciativa está a ter basta recordar que em 2005 tinham sido certificados com o 9º ano de escolaridade cerca de 52 mil adultos, que no ano seguinte foram mais 37 mil e já no primeiro trimestre deste ano de 2007 foram passados mais de 8 mil certificados qualificando trabalhadores com 9º ano de escolaridade.

Os recursos financeiros afectos a este programa rondam os 6100 milhões de euros até 2013, sendo que a maior parte dos dinheiros são provenientes de fundos europeus. O objectivo é requalificar um milhão de portugueses até 2010. **R.S.A.**

## OPINIÃO



VENTURA LEITE  
Deputado do PS

*Solidariedade, Responsabilidade e Compromisso serão, a meu ver, valores e instrumentos decisivos para uma sociedade mais inclusiva. E isso exige estratégia e mobilização da sociedade*

## A ESQUERDA NO COMBATE À POBREZA (III) AS REDES SOCIAIS

COMO entendemos a pobreza?

Não recorro a conceitos técnicos e dados estatísticos. Trabalharei com elementos e ideias do senso comum.

Em Portugal, não é apenas o número de pobres que é elevado (algo como dois milhões de pessoas). O número de famílias em risco de cair nessa situação é igualmente preocupante. Recentemente, o Prof. Bruto da Costa afirmou que 41 por cento das famílias passaram por esta situação pelo menos num dos últimos seis anos!

Segundo ele, a pobreza manifesta-se na "privação de recursos". Mas adiantou que para resolver o problema não basta prover o pobre com recursos. É preciso prover a pessoa com algum mecanismo/meio que a torne capaz de superar essa privação de recursos.

Contudo, julgo adequado adicionar algo mais à formulação de pobreza iniciada no parágrafo anterior: Para além de recursos materiais, outras privações compõem igualmente o quadro de pobreza de uma pessoa.

A pobreza atinge também a pessoa que não conta com, ou perdeu, os afectos da família e de amigos, a solidariedade dos vizinhos, ou quando não consegue aceder aos serviços públicos básicos.

Concordo então com o que pessoas qualificadas que trabalham nesta área já têm afirmado, que em vez de pobreza poderíamos utilizar o termo exclusão social, porque este considera um quadro mais abrangente do que se pode considerar de estado de pobreza.

Na realidade, e facilmente o reconhecemos, a sobrevivência e evolução do ser humano estão intrinsecamente associadas à sua capacidade de socialização.

Normalmente, as pessoas inserem-se em várias redes, ou passam por várias delas ao longo da sua existência, as quais fornecem, com as suas particularidades, elementos importantes para o seu bem-estar, segurança, e realização individual, tanto no plano físico como espiritual.

Nos dias de hoje, entre as redes que facilmente reconhecemos estão, por exemplo: a família, a comunidade local, a escola, o Estado ou as igrejas.

Ao longo do tempo essas redes sofrem vicissitudes ou evoluções diversas, e nalguns casos perdem a sua eficácia e importância. Por isso, entender o que se passa hoje no país quanto a esta perspectiva é condição para se poder perceber como combater o flagelo da exclusão social.

A sociedade portuguesa conheceu nas últimas três décadas modificações profundas no seu nível de bem-estar, traduzido, designadamente, em melhor emprego, em maior consumo individual, em melhor acesso a cuidados de saúde, de ensino, de habitação, de cultura e desporto.

Mas nem tudo foi positivo nesta evolução.

Com efeito, não podemos deixar de reconhecer o impacto nefasto da desertificação do interior, do apelo ao individualismo e ao consumismo, a insuficiência do sistema educativo e formativo na qualificação técnica dos portugueses, com consequências na instabilidade e precariedade do emprego. Por outro lado, a litoralização do país induziu uma explosão no desenvolvimento urbanístico, mas muitas vezes caótico e sem qualidade, sem uma rede mínima de serviços colectivos para as famílias e de condições para a pequena actividade económica individual.

Com raras excepções, o próprio Estado – incluindo autarquias – foi autor e financiador deste modelo de urbanismo, ao promover o realojamento de milhares de famílias, vivendo em barracas, mas sem que às novas habitações fossem associados equipamentos colectivos básicos (creches, jardins de infância, centros de convívio, espaços para desporto, ou espaços para lojas de serviços de proximidade, etc.), numa lógica absolutamente primária de quem achou que uma habitação de betão era um avanço bastante para promover a inclusão social. Estes bairros, ditos sociais, tornaram-se frequentemente verdadeiros guetos nos arredores das nossas principais cidades, por ausência de um mínimo de qualidade de vida. Na década de 60 este modelo expandia-se numa França considerada modelo de integração social. Sabemos hoje, de forma dura, os resultados desse modelo!

A voragem da sociedade actual, empurrada por uma competição económica feroz e que exalta o individualismo e egoísmo, concorre para um agravamento contínuo das condições que geram a pobreza e exclusão daqueles que ficam nas periferias do processo educativo, cultural e económico.

Solidariedade, Responsabilidade e Compromisso serão, a meu ver, valores e instrumentos decisivos para uma sociedade mais inclusiva.

E isso exige estratégia e mobilização da sociedade.

Impossível? Veja-se o que está a acontecer em torno das alterações climáticas!

# Miranda Calha analisa Defesa e Segurança com Javier Solana

O PRESIDENTE da Comissão de Defesa da Assembleia da República, Miranda Calha, foi recebido no dia 7 de Maio, em Bruxelas, pelo alto responsável da União Europeia (UE) para a Política Externa, Javier Solana.

No encontro foram abordados alguns temas da actualidade internacional, designadamente no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa, bem como alguns aspectos relativos às reuniões a organizar pela Assembleia da República, no âmbito da vertente parlamentar da presidência portuguesa da UE.

Entretanto, no âmbito da agenda deste encontro, ficou acordado que Javier Solana vai ser um dos convidados para uma conferência que vai reunir, em Setembro, em Lisboa, os presidentes das comissões de defesa dos parlamentos da União.

O encontro, que está a ser or-



ganizado por Miranda Calha, vai decorrer em meados de Setembro, durante a presidência portuguesa da UE, no segundo semestre do ano.

Miranda Calha referiu que na agenda estará a discussão sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa, incluindo a organização da

cimeira UE-África, prevista para o final do ano, em Dezembro, ainda durante a presidência portuguesa da União no segundo semestre deste ano.

“Um dos eixos importantes da política externa da União Europeia são as relações com África”, disse o deputado do PS.

## OPINIÃO

## PORTUGAL SUPERIOR



**MANUEL MOTA**  
Deputado do PS

*Não nos resta, pois, outra alternativa que não seja a do estabelecimento de condições para uma cultura de exigência que conduza a uma cultura de excelência e promoção generalizada de qualidade em todo o sistema de ensino superior em Portugal*

DIAGNOSTICADAS as dificuldades e identificados os pontos críticos, fruto de uma avaliação realizada por organizações internacionais credíveis, o Governo continua, de forma gradual, envolvente e determinada, a apresentar os diplomas legais que sustentam uma opção política que revoluciona o nosso sistema de ensino superior.

Depois da alteração à Lei de Bases, da legislação referente ao acesso para maiores de 23 anos, da mobilidade de estudantes, do regime jurídico dos graus e diplomas, da lei da avaliação (que aqui analisamos), da agência de avaliação e acreditação, do regime jurídico das instituições, seguir-se-ão as leis da autonomia e os estatutos de carreiras, modernizando todo o quadro legislativo, que em muito orgulhará o Partido Socialista e o país.

Aprovamos na Assembleia da República, esta semana, uma inovadora proposta de lei da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior, depois de um sistema de avaliação assumido pelo CNAVES, que teve os seus méritos, nomeadamente o de criar uma cultura de avaliação no seio das instituições, mas que importa melhorar, aprofundar e que permita a prossecução de um ensino superior de excelência ao nível das mais prestigiadas instituições de ensino europeias.

Os desafios de um mundo cada vez mais competitivo lançam aos Estados e de forma mais alargada ao próprio processo de integração europeia um conjunto de desígnios que importa superar. Nomeadamente, o de uma elevada qualidade de todo o sistema de ensino superior que esta proposta de avaliação subsume:

- Universal, obrigatória e periódica, exigindo às instituições a criação de condições endógenas e exógenas que garantam a qualidade do ensino ministrado no seu seio e a sua investigação científica;

- A criação de um sistema de auto-avaliação credível e efectivo, com participação de estudantes, que incida sobre programas e ciclos de estudos, tornando obrigatória a publicidade das suas conclusões;

- Uma avaliação externa a cargo da Agência de Avaliação e Acreditação da Qualidade, também obrigatória e com relevantes consequências para quem não a requeira, levando mesmo ao cancelamento da acreditação dos ciclos de estudo e, no caso dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, ao cancelamento da autorização do reconhecimento do interesse público.

Uma avaliação do sistema de carácter internacional, que garantirá que se olhe para este nível de ensino sem constrangimentos, nem estigmas.

Desta forma, assumem os poderes públicos a responsabilidade de salvaguardar as famílias de investimentos no futuro dos seus entes que, em certos casos, frustraram todas as expectativas criadas. A desadequação de formações e a qualidade questionável de algumas delas, já provocaram problemas que cheguem a muitas famílias portuguesas.

Exige-se, pois, um novo quadro de avaliação, que garanta que só se acreditem cursos e instituições com qualidade.

E que qualidade se promove com este diploma?

A de corpos docentes cada vez mais qualificados e adequados às suas missões; a de uma política clara de combate ao abandono e insucesso escolares; a de um ensino que sustente competências para o exercício das funções para as quais os ciclos de estudo estão vocacionados e, desta forma, potencie a inserção dos diplomados no mercado de trabalho; a de envolvimento ou melhoria desta com as comunidades locais, regionais e nacionais, contribuindo para o seu desenvolvimento; a internacionalização generalizada das instituições.

Assim, cumprindo, entre outros, estes parâmetros, garante-se a melhoria da qualidade de universidades e politécnicos públicos e privados, a transparência qualitativa destas perante toda a sociedade e o desenvolvimento de uma cultura institucional interna de garantia de qualidade.

Há, hoje, um largo consenso sobre a importância das qualificações para a mudança de paradigma no que ao nosso modelo de desenvolvimento económico concerne.

É por todos reconhecido que as nossas instituições de ensino superior já não competem apenas umas com as outras, mas sim num contexto de globalização e num quadro de mobilidade internacional aprofundado e facilitado com o Processo de Bolonha.

Não nos resta, pois, outra alternativa que não seja a do estabelecimento de condições para uma cultura de exigência que conduza a uma cultura de excelência e promoção generalizada de qualidade em todo o sistema de ensino superior em Portugal.

Esta Lei da Avaliação da Qualidade aprofunda a diferenciação das missões entre universidades e politécnicos; estabelece uma avaliação séria, credível, independente e consequente das Instituições do Ensino Superior e dos graus, ciclos e diplomas por si ministrados; uma avaliação aos mais diversificados elementos envolventes do seu quadro institucional, que tem como objectivo principal a promoção da qualidade permitindo a Instituições com menor qualidade o seu desenvolvimento, com efeitos nas qualificações dos seus alunos.

Este diploma acompanha os desafios de uma nova cultura de rigor e exigência que se pretende generalizada em todos os sectores do país. É este o caminho que todos temos de percorrer. Por Portugal e pelos portugueses.

# Mais qualidade no funcionamento das universidades e politécnicos

**O Governo socialista avança com a revisão dos princípios de organização do sistema de educação superior, dando um novo impulso à reforma do ensino ao seu nível mais elevado e colocando os estudantes no centro do processo educativo, ao mesmo tempo que define um padrão internacional como meta a obedecer pelas instituições de ensino superior portuguesas.**



AS UNIVERSIDADES e politécnicos, tanto públicos como privados, vão ter de responder a mais exigências no seu funcionamento e vão ficar obrigadas a renovar as respectivas direcções científicas.

Estas são algumas das principais determinações contidas na proposta de regime jurídico das instituições do Ensino Superior, um documento aprovado na generalidade numa reunião extraordinária do Conselho de Ministros realizada em Évora.

Trata-se de uma proposta onde são revistos os princípios de organização do sistema de educação superior e é dado um novo impulso à reforma do ensino ao seu nível mais elevado, colocando os estudantes no centro do processo educativo e definindo um padrão internacional como meta a obedecer pelas instituições de Ensino Superior portuguesas.

Esta revisão do regime jurídico incide, sobretudo, em áreas como a autonomia das universidades e institutos politécnicos, gestão das instituições, fiscalização, ordenamento da rede pública e definição de requisitos para a criação e transformação de estabelecimentos de Ensino Superior.

O objectivo é qualificar as instituições, fazer exigências de qualificação, designadamente em relação ao pessoal docente, bem como ordenar e regular a oferta formativa, agrupando estabelecimentos ou criando consórcios entre diferentes estabelecimentos.

A informação foi avançada pelo titular da pasta da Educação, Mariano Gago, na conferência de imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros extraordinário, ocasião em que também referiu os novos mecanismos para a eleição de reitores de universidade e de presidentes de politécnicos.

Para o ministro, o diploma aprovado irá "melhorar o sistema de governo das instituições, dando mais responsabilidade e autonomia e capacidade de gestão aos seus responsáveis".

"Vai também promover a renovação dos dirigentes das instituições científicas, através de uma limitação de mandatos a oito anos consecutivos", adiantou Mariano

Gago, apontando de seguida para a importância de efectivar essa renovação das lideranças no Ensino Superior.

No mesmo sentido – disse – na proposta estão definidos "requisitos comuns de exigência para a criação e continuidade de estabelecimentos públicos e privados de Ensino Superior, impondo-se níveis absolutos de pessoal doutorado a tempo inteiro em função da dimensão das instituições".

Em declarações à Imprensa, Mariano Gago considerou "incompreensível" que não exista um *ranking* de universidades no nosso país e destacou que a classificação de todas as universidades e institutos politécnicos está prevista na nova Lei da Avaliação do Ensino Superior aprovada em Conselho de Ministros.

## Modelo de gestão inovador

De referir também que a transformação de universidades e politécnicos em fundações de direito privado, a criação de consórcios entre instituições idênticas ou a designação para reitor de um estrangeiro são outras das possibilidades contempladas no projecto-lei aprovado do Governo.

Esta proposta de lei, que introduz um modelo inovador, contempla a possibilidade de transformar instituições de ensino superior públicas em fundações de direito privado, mediante proposta fundamentada do reitor ou do presidente no caso dos politécnicos.

Esta decisão pode também ser tomada por iniciativa do ministro da tutela, por motivos de interesse público, ouvida a instituição de ensino em causa.

De acordo com a proposta, a fundação é administrada por um conselho de curadores nomeados pelo Governo de entre personalidades de reconhecido mérito e que não podem ter vínculo laboral com a instituição.

Quanto aos mecanismos de avaliação, acreditação, regulação e tutela destes organismos, são os mesmos que estão previstos para as demais instituições de ensino superior públicas, embora com as adaptações devidas.

No âmbito da reorganização da rede do ensino superior, está igualmente prevista a possibilidade de criação de consórcios entre instituições de natureza idêntica, com funções integradoras, destinadas à coordenação da oferta formativa e dos recursos humanos e materiais.

O projecto-lei define como órgãos de governo das universidades e politécnicos o conselho geral, o conselho de gestão e o reitor, para as primeiras, ou presidente para os segundos.

Uma das principais novidades desta proposta é que podem ser designados reitores, professores ou investigadores de instituições estrangeiras de ensino universitário, e não apenas de instituições nacionais, o mesmo sucedendo em relação aos presidentes dos institutos superiores politécnicos.

Reitores e presidente passarão a ter um mandato com a duração de quatro anos, renovável apenas uma única vez.

Estes responsáveis vão presidir o conselho de gestão, o órgão responsável por conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da instituição, bem como dos recursos humanos.

O órgão de topo das universidades e politécnicos é o conselho geral, com entre 10 e 25 membros, maioritariamente composto por representantes eleitos de professores e investigadores.

Está prevista ainda a existência de um conselho científico, composto por um máximo de 25 membros, que passa a incluir necessariamente os representantes das suas instituições de investigação avaliadas e reconhecidas.

O conselho pedagógico, composto por igual número de estudantes e professores, é o órgão de consulta prévia obrigatória em matérias de organização pedagógica e de métodos de avaliação de desempenho do corpo docente e discente.

De destacar ainda que o decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros extraordinário segue as recomendações da OCDE num relatório encomendado pelo Governo e tornado público em Dezembro de 2006. M.R.

# Eleições antecipadas na Madeira foram um exercício inútil

“NÃO devemos tirar qualquer conclusão nacional” da vitória de Alberto João Jardim nas eleições antecipadas na Madeira. Esta a ideia sublinhada pelo porta-voz socialista, Vitalino Canas, no dia 6 de Maio, na sede nacional do Largo do Rato, numa declaração de reacção aos resultados do sufrágio naquela região autónoma em que deixou clara a intenção do PS de continuar fiel ao seu Programa de Governo e de prosseguir, sem recuos, a estratégia definida para a consolidação das finanças públicas.

“O Governo não irá rever a Lei das Finanças Regionais porque ela é justa”, respondeu o dirigente socialista aos jornalistas, assinalando a necessidade de todos os portugueses, “independentemente do local onde residem”, fazerem um esforço para equilibrar as contas do Estado.

Recusando que o resultado alcançado pelos socialistas nas eleições da Madeira corresponda a uma derrota do Executivo nacional, Vitalino Canas disse que a vitória de Jardim deveu-se essencialmente “à campanha populista” que fez, reiterando a ideia de que estas eleições antecipadas foram “um exercício inútil”.

O porta-voz socialista, que começou a sua declaração por “felicitar o PSD da Madeira pela vitória”, endereçou ainda “um abraço solidário e fraternal” aos socialistas madeirenses, destacando as “condições difíceis” que tiveram de enfrentar



OPINIÃO



**JOSÉ REIS SANTOS**  
PES Activists Portugal  
/ Activistas do PSE - Portugal

*Assim, procurando envolver militantes e simpatizantes do PS numa cultura política aberta, participativa e responsável, lançamos a iniciativa Activistas do PSE – Portugal porque queremos dizer, como há 20 anos, que fazemos parte do projecto europeu*

## TRAZER A EUROPA PARA O QUOTIDIANO

FAZ pouco que comemorámos 50 anos da assinatura do tratado de Roma. Com a pompa e circunstância devida, celebrou-se o caminho percorrido e apontaram-se novas metas. Na altura, a Europa recuperava das feridas profundas de uma guerra fratricida. Há 50 anos, o grupo de estadistas reunidos em Roma procurava construir uma Paz europeia que durasse pelo menos uma geração. Apostou-se que a Europa podia existir, pelo menos, como entidade supranacional de incentivo económico e de gestão de conflitos.

Hoje, passadas não uma mas duas gerações, superámos esses objectivos iniciais. A Europa é bem mais do que uma organização económica e de manutenção da Paz.

O Partido Socialista soube sempre estar em sintonia com esta construção. Produto da visão decisiva de Mário Soares, já a ASP era membro observador da IS, inscrevendo-se na linha das democracias ocidentais sociais-democratas (no sentido europeu do termo). Após o 25 de Abril, e como PS, concorre às primeiras eleições legislativas (1976) com o slogan “A Europa Connosco”. De seguida, o PS entrega o pedido formal de adesão às comunidades europeias. Em 1985, e ainda com Mário Soares, é o PS que assina o tratado de adesão à CEE. Por fim, no euro, é também um socialista que assume o leme português, António Guterres.

Ao apresentarmos o PES Activists Portugal/Activistas do PSE – Portugal, procuramos prosseguir este caminho, respeitando o passado comum. Nele ambicionamos a Paz e a Prosperidade, mas também uma identidade europeia consubstanciada num projecto político de coesão social, construída para e pelos cidadãos e cidadãs, de forma activa e participada.

Os PES Activists surgem num momento em que a globalização e as novas tecnologias influenciam as formas de fazer política. Assumimos a importância das novas tecnologias porque elas abrem portas ao diálogo e reduzem as distâncias, criando novas proximidades. A iniciativa PES Activists é uma forma, entre outras, que o PES encontrou de incentivar o diálogo sobre políticas europeias entre os mais de dois milhões de militantes socialistas por toda a Europa.

E, em Portugal, queremos fazer parte deste decisivo desafio. Pretendemos ser complementares às estruturas partidárias existentes, trazendo mais valências e mais áreas de actuação. Pretendemos ser, não só veículo de informação privilegiado, mas também portadores de novas ideias, novos debates, novas políticas. Acreditamos que a relação com a Europa deve ser bivalente, funcionado de forma devidamente articulada e oleada entre as cúpulas e as bases.

Queremos fazer parte das bases desta relação, ligando-nos a uma rede europeia de outros activistas, dotando o PSE e o PS de uma estrutura de militantes que procure desenvolver novas formas de envolvimento nas questões europeias transportando-as para os quotidianos partidários e dando, ao mesmo tempo, visibilidade às políticas locais inserindo-as no contexto europeu.

Acreditamos que ser socialista europeu hoje é ser pró-activo, é querer intervir na História, como fizemos há 50 anos; é ter a veledade e a vontade de contribuir para a construção de uma Europa socialmente mais justa e politicamente avançada.

Assim, procurando envolver militantes e simpatizantes do PS numa cultura política aberta, participativa e responsável, lançamos a iniciativa Activistas do PSE – Portugal porque queremos dizer, como há 20 anos, que fazemos parte do projecto europeu.

Há 50 anos os nossos pais fundadores pediram-nos uma geração de paz. Já lhes demos duas de bem-estar económico e de desenvolvimento. Que a terceira geração europeia, a nossa geração, saiba, integrando a diversidade e promovendo a igualdade, construir uma Nova Europa Social

É este o nosso sonho, é esta a realidade que queremos construir para o futuro da Europa, dos europeus e do mundo.

É para esse objectivo que nos apresentamos.

durante a campanha eleitoral.

Já o líder do PS/Madeira, Jacinto Serrão, admitiu a derrota nas eleições regionais antecipadas, mas assegurou não ter perdido a esperança.

“Só é derrotado quem desiste de lutar”, declarou, afirmando estar de “consciência tranquila pelo trabalho feito”.

“Lutei contra ventos e marés para dar à minha terra e ao meu povo um novo ciclo e uma nova geração de políticos à frente do Governo Regional”, garantiu Serrão.

Ao acusar Alberto João Jardim de ter transformado o acto eleitoral num “referendo ao relacionamento financeiro entre a Região e o Estado”, Jacinto Serrão condenou a “utilização abusiva de meios do Estado para fazer campanha” por

parte do PSD/Madeira.

O líder dos socialistas madeirenses frisou igualmente que “nestas eleições não houve normalidade democrática” e que “aconteceram todos os atropelos às regras mais elementares da democracia”, criticando ainda Jardim por se ter apresentado a estas eleições “sem programa de governo, limitando-se a pedir o voto de represália, a insultar os seus adversários e a incitar à agressividade e à violência no seio do nosso povo”.

Refira-se ainda que nas eleições regionais extraordinárias precipitadas por Jardim, na sequência das quais o camarada Jacinto Serrão anunciou a sua demissão da liderança do PS/Madeira, os socialistas apenas reuniram 15,1 por cento dos votos, com o PSD a alcançar a vitória com 64,2 por cento. **M.R.**

## Pensar o presente e projectar o futuro em Oeiras

AS ALTERAÇÕES climatéricas e as suas consequências constituem, sem dúvida, uma das questões prioritárias do século XXI.

A utilização e exploração racional da energia, por exemplo, deve consubstanciar-se num conjunto de acções e de medidas que tenham como objectivo uma mais adequada utilização das fontes de energia, tendo em vista que uma boa gestão energética constitui um passo decisivo para uma economia mais sustentada e saudável.

Para que este cenário se possa concretizar e deste modo contribuir para aumentar a riqueza e o equilíbrio das economias dos países, é necessário que se enfrente e se proceda de forma clara a uma redução efectiva de custos, tanto no sector dos serviços e industrial como no sector doméstico.

Com base numa série de recomendações e de conselhos úteis, é hoje já possível reduzir os enormes consumos energéticos que se verificam em quase todos os países do mundo, sobretudo no chamado “mundo industrializado”, mantendo o conforto e a produtividade



das actividades dependentes de energia.

Nesta perspectiva, o deputado socialista da Assembleia Municipal de Oeiras Marcos Sá apresentou uma proposta, dirigida à Câmara Municipal, onde consagra quatro pontos que considera fundamentais para que o concelho passe a ter uma palavra importante na defesa do ambiente e deste modo contribua também para uma mais eficaz gestão das questões climáticas.

A proposta aponta para a necessi-

dade de tornar o município de Oeiras “carbono zero”, o que significa quantificar as emissões, reduzir os consumos de energia e compensar as emissões inevitáveis, apostar na introdução de tecnologias que produzam energias renováveis, aplicar e substituir lâmpadas tradicionais por fluorescentes, sendo que na iluminação dos grandes espaços a recomendação aponta para que se deve começar a aplicar lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão.

Outras das recomendações deixadas pelo deputado do PS prendem-se com questões, por um lado, ligadas ao parque automóvel dos serviços camarários e, por outro, aos promotores imobiliários do concelho.

Quanto à primeira proposta, aponta-se no sentido de uma abertura de concursos para a obtenção de veículos eléctricos híbridos, enquanto que em relação ao segundo argumento a ideia é sensibilizar todos os agentes de imobiliário que operam no concelho para a necessidade de certificarem do ponto de vista energético os futuros edifícios. **R.S.A.**

## OPINIÃO



**JORGE ALMEIDA**  
Coordenador do PS na Sub-comissão de Agricultura  
Coordenador do Grupo de Trabalho "Defender o Montado, Valorizar a Fileira da Cortiça"

*Entendemos, por isso, ser decisiva a criação de um cluster ou de um pólo de competitividade para a cortiça, e um Observatório Nacional para o Montado e para a cortiça, que sejam adequados à sustentação de uma estratégia nacional de desenvolvimento do sector*

## DEFENDER O MONTADO, VALORIZAR A FILEIRA DA CORTIÇA

O SOBREIRO (*Quercus suber*) é uma espécie característica do Sul da Europa e do Norte de África. A sua presença está na base de um dos ecossistemas mais importantes do Mediterrâneo Ocidental.

O espaço europeu detém cerca de 1,7 milhões de ha de florestas de sobreiro, das quais se localizam em Portugal cerca de 750 mil.

A cortiça constitui a única fileira onde somos destacados líderes mundiais, tanto na produção, como na transformação, graças a uma grande mancha de montado de sobreiro, e sobretudo a um saber fazer na indústria transformadora, onde a tecnologia aliada à inovação, tem permitido a criação de produtos acabados com cada vez maior valor acrescentado, como vestuário, pavimentos, componentes da indústria automóvel e de aeronáutica.

Mas há grandes ameaças. Entre estas contam-se campanhas no sentido da substituição da rolha de cortiça por vedantes sintéticos no engarrafamento do vinho, o que representa um sério risco para a sustentabilidade económica e social de um sector que tem tido a sua viabilidade económica assente justamente na produção de rolhas.

Há também dificuldades internas associadas aos incêndios florestais e a um persistente declínio do montado.

Este declínio expressa-se na morte contínua de sobreiros, na perda de vigor vegetativo de muitas árvores, e na diminuição quantitativa e qualitativa da cortiça produzida.

Esta situação, embora objecto de muitos estudos ao longo do tempo, não tem encontrado respostas globais satisfatórias por parte do meio científico, por falta de coordenação e sistematização dessa mesma investigação.

A este propósito publicou já o nosso Governo legislação adequada, através do despacho n.º 18316/2006, à qual desejamos uma rápida operacionalização.

Em termos de futuro, acrescem ainda os prováveis efeitos negativos das alterações climáticas, que prevêm período longos de seca extrema, e cujas consequências no ecossistema do montado ainda são muito difíceis de calcular.

O problema do declínio do montado e a progressiva preocupação com a manutenção do seu complexo, rico e tão sensível ecossistema, constitui um desafio de enorme dimensão não só por razões económicas e ambientais, mas também pelo facto de constituir o único sistema agro-florestal viável, nalgumas regiões, capaz de manter as populações no território.

Foi perante uma circunstanciada análise swot, resultante de visitas por toda a fileira, que em sede do Grupo de Trabalho "Defender o Montado, Valorizar a Fileira da Cortiça", elaborámos um projecto de resolução que brevemente subirá a plenário, com recomendações ao governo, visando o reforço de medidas já em curso, dirigidas ao montado, mas também a consolidação de opções estratégicas que consideramos vitais para o futuro da fileira.

Entendemos, por isso, ser decisiva a criação de um cluster ou de um pólo de competitividade para a cortiça, e um Observatório Nacional para o Montado e para a Cortiça, que sejam adequados à sustentação de uma estratégia nacional de desenvolvimento do sector.

O levantamento e avaliação de todos os projectos de I&D, em curso, de iniciativa pública e privada, com vista à coordenação e racionalização de todos os meios, designadamente recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos.

O reforço e articulação nas matérias relativas ao sobreiro e à azinheira no quadro do Plano Nacional de Luta Contra a Desertificação e a seca.

A adopção de medidas que promovam a utilização, nos rótulos das garrafas de vinho, do símbolo relativo à cortiça – CORK®, desenvolvido na sequência de uma iniciativa internacional coordenada por Portugal, com apoio da FAO, e já registada internacionalmente.

Avaliação e utilização de todas as possibilidades de articulação e cooperação internacional na defesa da cortiça, como produto de um ecossistema europeu e Mediterrânico único.

A rápida concretização do "Observatório Luso-Espanhol de Acompanhamento dos Povoamentos de Sobreiro e Azinheira".

## Calha realça bom trabalho dos autarcas socialistas no distrito

VIANA DO CASTELO

O QREN 2007-2013 e o PRACE estiveram em discussão no Encontro Distrital de Autarcas Socialistas, organizado pela Federação de Viana do Castelo do PS, numa unidade hoteleira em Melgaço, que contou com a presença do dirigente socialista Miranda Calha.

Tal como tem acontecido em anos anteriores, foram aprofundados temas relevantes para o desempenho autárquico, tendo o presidente da Associação Nacional de Autarcas Socialistas (ANA/PS), Rui Solheiro, presidido à sessão de abertura.

O encontro iniciou-se com o primeiro painel, intitulado "Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e transferência de competências para as Autarquias".

De seguida, o secretário nacional do PS Carlos Lage, actual presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte explanou o segundo painel subordinado ao tema "Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013)".

## Câmara de Montalegre promove campanha contra abate de carvalhos

VAI ter início em Junho uma campanha de sensibilização da Câmara Municipal de Montalegre contra o abate indiscriminado de carvalhos no concelho.

Assim, juntamente com a factura de água do mês de Junho, a população de Montalegre vai receber um panfleto em defesa do carvalho, a árvore que ocupa a maior mancha florestal concelhia.

O vereador socialista Orlando Alves justifica a iniciativa com o facto de, nos últimos tempos, se ter vindo a verificar o abate "indiscriminado" de carvalhos no concelho por parte de lenhadores "sem escrúpulos", que cortam esta árvore "sem obedecerem a qualquer tipo de regras".

Segundo salientou o autarca, "os lenhadores, que são do concelho ou vêm de fora, compram os carvalhos



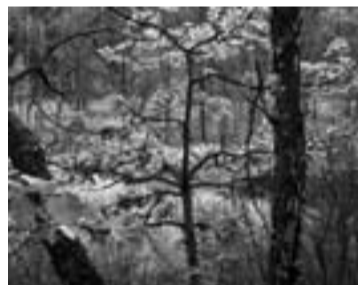
à população mais idosa e com uma motosserra são capazes de dizimar numa tarde um carvalhal que demorou 80 a 100 anos a formar-se".

O vereador socialista defende a elaboração de um "plano de abate" destas árvores, para que "haja uma gestão racional" de todo este processo.

É que, explica, trata-se de uma "zona muito fria" em que a lenha é a principal fonte de aquecimento

trabalho já realizado, como perspetivar o futuro nos respectivos concelhos.

Na sua intervenção, o secretário nacional para as Autarquias elogiou ainda O Governo pela reforma da legislação no que concerne às autarquias locais, que contribuirá para dar respostas mais adequadas às necessidades das populações.



das populações.

Em Portugal, apenas na Rede Natura 2000 ou nas áreas protegidas, existe legislação que permite a protecção das grandes áreas de carvalho, porque está definido como habitat prioritário.

Por isso, Orlando Alves refere que "é preciso criar uma legislação nacional que impeça a destruição dos carvalhos", à semelhança da que já existe em Espanha.

O autarca considera mesmo que se deveria "fazer um cadastro das áreas onde o carvalho prospera".

No âmbito da campanha de sensibilização da Câmara de Montalegre, que irá percorrer as 135 aldeias do concelho, serão ainda realizados colóquios para realçar a "importância do carvalho na economia local".

## Concelhia de Monforte comemorou 10º aniversário com os olhos no futuro

CERCA de cem militantes e simpatizantes socialistas participaram no jantar comemorativo do 10º aniversário da Concelhia de Monforte do PS, que contou com a presença do secretário nacional do partido para as Autarquias, Miranda Calha.

Na sua intervenção, Miranda Calha destacou o papel decisivo que o PS sempre teve na resolução dos problemas graves do país, tendo sido invariavelmente chamado pelos portugueses nos momentos mais difíceis. O dirigente socialista afirmou ainda estar

convicto de que também em Monforte, muito brevemente, os municípios confiarão aos socialistas a árdua mas aliciante tarefa do desenvolvimento sustentado deste concelho, deixando ainda de forma bem vincada a sua total disponibilidade para dar todo o seu contributo a esta Concelhia socialista.

Interviu ainda neste jantar o camarada Miguel Rasquinho, presidente da Concelhia, que denunciou o estado calamitoso em que a actual gestão comunista da Câmara de Monforte está a deixar o concelho, tendo real-

çado ainda o papel dos autarcas do PS na luta pela defesa dos interesses da população.

É deixou ainda uma mensagem de esperança a todos os monfortenses, frisando que brevemente o PS irá ser chamado a recolocar Monforte nos caminhos do desenvolvimento.

Lançou, por isso, um repto a todos os militantes, independentes e dirigentes distritais e nacionais do Partido Socialista tendo em vista o estabelecimento de um "Pacto de Compromisso" para com o concelho.



# Socialistas defendem modelo de desenvolvimento sustentável para Gondomar



## CONVENÇÃO AUTÁRQUICA

**Para promover o seu desenvolvimento, Gondomar deverá “integrar os princípios da sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades da sua região a base das estratégias locais que assegurem o seu desenvolvimento”. Esta uma das principais conclusões da Convenção Autárquica de Gondomar, promovida pela Concelhia do PS local.**

J.C. CASTELO BRANCO

NO QUE respeita ao ambiente, os autarcas socialistas concluíram que na concretização do princípio de um desenvolvimento sustentável, “é urgente debater e encontrar soluções em áreas como a construção de um Parque Ambiental Metropolitano na confluência dos rios Sousa e Ferreira, recuperar as fontes de água em geral, particularmente no Alto Concelho, concretizar a despoluição do rio Tinto e rio Torto e a descontaminação do rio Douro, recuperando as margens destes rios, e construir um espaço verde, digno desse nome, na sede do concelho”

No domínio do urbanismo, os socialistas consideram que as expectativas para Gondomar “não são risonhas”, fundamentalmente porque, entre outros aspectos, “o investimento privado é baixo, por falta de confiança dos agentes privados”, uma vez que esta gestão camarária “não tem sabido identificar um rumo para o concelho, nem tão-pouco tem sido capaz de interpretar as carências

que estão para chegar”.

Segundo denunciaram os autarcas presentes na Convenção, “Gondomar é, cada vez mais, um concelho dormitório, onde a sua população se encontra desligada de um município que não tem vida social própria”, pelo que defendem fazer todo o sentido “o investimento em infra-estruturas de utilização colectiva na áreas de descanso e lazer, destinadas a responder a estas carências”.

Por outro lado, no que respeita ao desenvolvimento económico, os socialistas alertam que “Gondomar concentra a maior parte do seu tecido empresarial nos sectores do comércio e indústrias transformadoras (60 por cento), sectores em declínio”, o que indicia “um grau de menor desenvolvimento, particularmente em relação aos seus parceiros da AMP”.

Para além disso, referem, “quase metade da população do concelho, a nível profissional, são operários ou trabalhadores não qualificados”, sendo que “apenas 13,5 por cento são quadros superiores ou especialistas de profissões intelectuais e científicas”, o que constitui um “sinal do baixo índice de qualificação profissional”.

### Planeamento estratégico e participativo

Perante este cenário, os socialistas de Gondomar defendem que o concelho deverá assentar a sua competitividade “no princípio do planeamento estratégico e participativo, coerente, de médio e longo prazo, baseado nas respectivas capacidades endógenas e potenciais futuras, e amplamente participados pelos agentes locais e assente num sistema regional de inovação”.

Para concretizar esse desiderato, consideram que “é necessário motivar os gondomarenses para os desafios do futuro, mudar do paradigma tradicional do desenvolvimento quantitativo assente no betão, para um paradigma do desenvolvimento qualitativo, baseado na inovação e no conhecimento, no bem-estar económico, social, cultural e ambiental”.

Relativamente ao planeamento e ordenamento do território, os socialistas gondomarenses preconizam “novas políticas” que assegurem a construção de um território com qualidade ambiental e bem estar, promova formas de sustentabilidade dos recursos, de qualidade urbana, de edificação, de mobilidade e da paisagem”.

Já no que respeita à acção e exclusão social, a Convenção Autárquica concluiu que uma política de combate à pobreza e exclusão “implica uma mudança social, assente em medidas e acções globais nos domínios económicos, educativos, de segurança social, do mercado de trabalho, promoção do desenvolvimento social e da formação profissional e apoio familiar”.

No documento aprovado, os socialistas tecem ainda fortes críticas às políticas de intervenção social da Câmara, que “têm assentado numa perspectiva assistencialista, incapaz de perspectivar medidas de promoção social, sem qualquer estímulo empreendedor dos agentes sociais e das populações”.

A Convenção contou com a presença do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, na sessão de encerramento, e de Renato Sampaio, presidente da Federação do PS/Porto, na abertura dos trabalhos.

## OPINIÃO



**ORLANDO GASPAR**  
Membro da Comissão Política Nacional

*O PS ainda não conseguiu exorcizar os seus fantasmas, alimentando-os nos complexos da velha censura salazarista. Mesmo quando todos percebemos que se há matéria em que o regime está seguríssimo é no que respeita à liberdade de expressão e informação*

## COMPLEXOS DO PS FACE AOS “MEDIA”

É SABIDO que se encontram na Assembleia da República, a aguardar aprovação, alguns diplomas relativos à Comunicação Social. Um deles diz respeito à concentração de empresas do sector, matéria directamente protegida pela Constituição da República Portuguesa e que em bom rigor nunca chegou ser regulamentada desde a aprovação da Lei Fundamental em 1976. De igual modo, a chamada Lei do Estatuto do Jornalista aguarda agendamento para revisão, depois de concluído o debate público.

Se no primeiro caso poderemos orgulhar-nos desta inovação, reclamada pelos nossos contribuintes há mais de três décadas, no segundo pretende-se, sobretudo, rever a responsabilidade ético-deontológica dos jornalistas, atribuindo à Comissão da Carteira Profissional a responsabilidade pela apreciação e correspondente atribuição de sanções aos profissionais que violem regras deontológicas, no desempenho das suas funções. De igual modo, também matéria relevante, serão regulamentados os direitos de autor dos jornalistas no que respeita à utilização dos seus trabalhos em diferentes suportes.

Estamos perante iniciativas legislativas sobre matérias que há muito carecem de clarificação. Nuns casos por óbvia omissão do legislador – caso da lei anticoncentração – noutros casos por manifestas deficiências do quadro legal existente.

Diz-se nos obscuros corredores da política que estes diplomas se encontram encahalados por se tratar de matérias politicamente melindrosas, que não colhem nem as simpatias dos jornalistas, nem os aplausos dos empresários do sector.

Os meus camaradas de partido sabem que não sou um especialista destas áreas. Por isso, admito que as minhas opiniões não primem pelo rigor técnico-jurídico. Todavia, e apesar da minha formação na área da engenharia, reclamo como militante socialista os créditos e a legitimidade de alguém que dedicou quase quatro décadas à vida pública, e outras tantas à militância política no PS.

Ora, é nesta minha última condição que não posso deixar de lamentar que o PS continue a manifestar, nas suas práticas em matéria de Comunicação Social, a sua proverbial tendência para que os seus crónicos complexos no que respeita aos direitos à liberdade de expressão e informação, enquanto pilares da própria democracia.

Digo complexos porque o PS teve sempre uma enorme dificuldade em analisar as questões dos “media” e assumir as iniciativas que, em cada momento, a dinâmica social impõe a quem detém o poder, mesmo quando se trata de matérias que se encontram na fronteira de novos tempos e novos desafios.

O PS foi conservador quando se tratou de abrir o caminho à privatização da imprensa estatizada, bem como à liberalização da rádio, e à abertura da televisão a privados. Perdeu a oportunidade política de fazer história, e ofereceu essa bandeira aos seus adversários. O PS sempre foi timorato na responsabilização dos “media” e dos jornalistas, mesmo quando se torna óbvio que o sector resvala para campos escorregadios, com verdadeiros atentados aos direitos dos cidadãos, como seja o direito ao bom-nome e reputação, de que os julgamentos em praça pública são apenas um exemplo.

O PS ainda não conseguiu exorcizar os seus fantasmas, alimentando-os nos complexos da velha censura salazarista. Mesmo quando todos percebemos que se há matéria em que o regime está seguríssimo é no que respeita à liberdade de expressão e informação.

Ou acaso ainda há alguém que não percebeu que estes direitos há muito saíram da esfera político-ideológica para passarem a ser, numa sociedade totalmente globalizada, uma conquista definitiva dos progressos tecnológicos da sociedade do conhecimento e da informação?

Será que ainda há quem acredita ser possível silenciar politicamente as pessoas e as instituições, quando as novas tecnologias atingiram um patamar de total e absoluta massificação?

Ora, é por causa dos velhos complexos e fantasmas do passado que o PS se mantém atavicamente em qualquer iniciativa que vise responsabilizar quem deve ser responsabilizado pelos atentados que permanentemente são cometidos pelos “media”. É de tal sorte que assistimos impávidos e manietados às tentativas de assassinato político do líder socialista, sabendo que a nossa fraqueza só dá força aos que nunca desistirão de sufocar o PS nas páginas dos jornais, nas pantalhas das televisões, ou nas ondas da rádio. Agora foi José Sócrates, como no passado foi Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso. Amanhã outros virão, do nosso partido, do Governo do país, ou mesmo dos nossos adversários.

A ética republicana nunca deixou de responsabilizar os inimigos da liberdade. Por isso, é nosso dever, enquanto partido de poder, assumir as nossas obrigações, e legislar no sentido de criar as condições legais que permitam uma efectiva responsabilização de todos os que, à sombra do poder dos “media”, têm o despudor de alimentar campanhas sórdidas, porque sabem que o crivo da responsabilidade que lhes é atribuída é suficientemente largo para os deixar impunes e tranquilos nas suas malféitorias. Não pode ser. Temos de agir. Temos de exorcizar os nossos complexos.

# “A batalha pelo desenvolvimento exige a mobilização de todo o país”

Os objectivos a atingir com o programa Novas Oportunidades são ambiciosos e colocam o ano de 2010 como horizonte para que a população activa portuguesa atinja um nível de qualificação já bastante próximo do registado nos restantes países da União Europeia. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Fernando Medina, faz um balanço muito positivo desta iniciativa e garante que a qualificação dos portugueses constitui uma efectiva prioridade nacional.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

**Não é demasiado ambicioso fazer do nível secundário o patamar mínimo de qualificação para jovens e adultos e ainda por cima pretender envolver nesta acção de qualificação um milhão de activos até 2010?**

Vivemos numa altura do nosso país em que é preciso sermos audazes e ambiciosos. O nosso país enfrenta actualmente três grandes desafios: colocar as contas públicas em ordem, aumentar o seu crescimento económico e o mais difícil de todos, devido ao seu carácter estrutural, qualificar os portugueses.

A expressão do défice das qualificações dos portugueses é de tal modo vincado que exige que o Governo considere a qualificação dos portugueses como uma efectiva prioridade nacional. É uma ambição que não poderá ser só do Governo; este programa exige a participação e mobilização de toda a sociedade, activos e empregadores. Só desta maneira, conseguiremos recuperar o atraso nesta matéria que nos distancia dos países da OCDE. O número médio de anos de escolarização da população adulta em Portugal é de 8,2 anos comparado com a média dos 12 anos dos países da OCDE. Não nos podemos resignar e aguardar pelo ritmo de renovação geracional. Leviria muito tempo e excluiria muitos portugueses, com riscos acentuados no desemprego e exclusão social. O patamar de exigência tem que ser elevado. A melhoria substancial da qualificação da população activa é uma condição essencial para a modernização sustentável da economia e para a promoção de oportunidades de vida para os cidadãos.

**De que forma é que uma mais adequada qualificação escolar dos trabalhadores poderá ajudar a um maior e mais sustentado crescimento da economia portuguesa?**

A aposta de um país na educação e na formação dos seus activos é condição essencial para uma estratégia de desenvolvimento. Os estudos recolhidos pelas mais distintas instituições de âmbito

internacional, que produzem estudos sobre as questões da economia e qualificação, apontam nesse sentido: o investimento na formação constitui um recurso essencial para o desenvolvimento, favorecendo o crescimento económico, a criação de emprego, o aumento de salários e o reforço da cidadania e coesão social dos países. Um inquérito de larga escala realizado em 2005, junto de empresas em Portugal, veio demonstrar um forte impacto da formação profissional para a competitividade e produtividade das empresas.

A nível da OCDE estima-se que mais um ano de escolaridade contribui para aumentar a taxa de crescimento anual do PIB entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais. O III Quadro Comunitário de Apoio também nos demonstrou que é o investimento em capital humano que tem efeitos mais positivos a médio e longo prazo sobre o crescimento económico.

**Que recursos financeiros serão necessários para pôr de pé este programa Novas Oportunidades e donde vem o dinheiro?**

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e em concreto o Programa Operacional Potencial Humano, juntamente com os recursos públicos nacionais, irão consubstanciar financeiramente este programa e expressam esta prioridade governamental. A qualificação dos recursos humanos aumentou 10 pontos na distribuição de recursos do QREN, passando o investimento no capital humano dos anteriores 26 por cento para 37 por cento dos apoios estruturais, representando cerca de 9000 milhões de euros de investimento total no Programa Operacional do Potencial Humano. Representando os Eixos Novas Oportunidades cerca de 70 por cento do programa, com 6100 milhões de euros de investimento.

**Para poderem frequentar estes cursos, os trabalhadores interessados terão que se deslocar a locais específicos onde se encontram os Centros Novas Oportunidades ou poderão, nalguns casos, receber as suas aulas nos próprios locais de trabalho?**

Existem para o efeito 268 Cen-



tros Novas Oportunidades (CNO) por todo o país – só no ano de 2006 foram criados 170 CNO, aos quais os trabalhadores se poderão dirigir. Alguns deles dentro das empresas e entidades, em Centros de Formação do IEFP e dentro da rede de oferta pública e privada do ministério da Educação.

**Quais os números que o Governo tem neste momento no que respeita à adesão que esta iniciativa está a despertar quer junto dos trabalhadores quer junto das entidades patronais?**

Tal como foi dito anteriormente, a batalha da qualificação exige uma mobilização e envolvimento de todos: activos e empregadores. A adesão tem sido muitíssimo significativa e positiva. Actualmente, encontram-se inscritos na iniciativa 250.774 adultos; sendo que destes para o nível básico 176.176 adultos e para o nível secundário 74.598 adultos.

Ao nível das empresas e entidades já foram celebrados 477 protocolos abrangendo mais de 100 mil activos empregados. Temos os exemplos da Continental Mabor, Grupo Amorim, Unicer, Salvador Caetano, AEP, PSP e GNR, Exército, câmaras municipais.

**Quem é que tem procurado mais esta iniciativa que o Governo lançou. Os mais velhos ou os mais novos, os que estão neste momento no desemprego ou os**

**que têm emprego?**

Importa destacar que a adesão dos portugueses tem sido em larga escala, só no último trimestre inscreveram-se cerca de 92 mil adultos. A procura tem sido maior por parte da faixa etária entre os 25-44 anos e são os adultos empregados que em maior número aderiram ao programa.

**Segundo um estudo da OCDE, Portugal poderia ter registado um crescimento em média do seu PIB, entre 1970 e 1990 de cerca de 1,2 por cento por ano se os níveis de crescimento da escolaridade dos portugueses tivessem sido semelhantes aos registados nos restantes países pertencentes à OCDE. Por outro lado, este mesmo estudo revela também que Portugal é um dos países em que ter qualificação é mais compensador. Quais os seus comentários em relação a estes dados?**

Tal como disse, segundo a OCDE, no nosso país o impacto da qualificação é dos mais significativos. Mais qualificação significa melhores salários e mais e melhor emprego. Portugal é um dos países em que o prémio salarial resultante do investimento em educação e formação é maior, tanto ao nível do ensino secundário, como sobretudo do ensino superior. Um trabalhador com o ensino secundário ganha, em média, mais 60 por cento do que um trabalhador que

não tenha obtido essa escolaridade, enquanto quem tem o ensino superior ganha em média mais do triplo de quem só tem no máximo o ensino básico completo.

No nosso país, depois da fase de crescimento económico da década de 90 que absorveu baixos níveis de qualificação, a capacidade de criação líquida de emprego da economia portuguesa concentrou-se quase exclusivamente nas médias e elevadas qualificações. Nos últimos seis anos a economia portuguesa criou 400 mil postos de trabalho para pessoas com qualificação de nível secundário ou superior, e perdeu 245.000 para qualificações até ao básico.

**É verdadeira ou não a tese de que possuir níveis mais elevados de escolaridade pode representar correr menores riscos de desemprego ou de permanecer menos tempo no desemprego?**

Mais escolaridade está directamente associada a uma menor taxa de desemprego e a menor duração do desemprego. Em 2006, a taxa de desemprego para o nível de habilitação até ao básico foi de 7,7 por cento, enquanto para o nível de habilitação superior foi 6,3 por cento. Ao nível da duração do desemprego, apenas 21 por cento dos licenciados demoram mais de um ano a voltar ao emprego, o que compara com 35 por cento para os com habilitação de 9.º ano, e 56 por cento dos que não têm qualquer habilitação.

## IES poupa 30 milhões de euros às empresas

FACILITAR a vida às empresas, permitindo-lhes poupar nos custos e no tempo empregue na entrega de documentos relativos às suas contas e obrigações fiscais é o objectivo central da medida Informação Empresarial Simplificada (IES).

Segundo o ministro Alberto Costa, esta medida conjunta dos Ministérios das Finanças e Justiça implicará uma poupança de 30 milhões de euros para cerca de 400 mil empresas com a entrega simultânea de quatro obrigações legais que antes eram apresentadas, separadamente, a quatro entidades públicas diferentes.

Com a nova lei, que já foi publicada em Janeiro último em "Diário da República", a entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal à Administração Tributária, o relatório estatístico sobre as suas contas ao Instituto



Nacional de Estatística e o mesmo relatório para o Banco de Portugal passam a integrar um único documento, de formato electrónico, que é enviado anualmente para o Ministério das Finanças, num prazo de seis meses após o fim do exercício económico (na primeira metade do ano).

Desse registo faz também parte uma outra obrigação, a da prestação de contas nas conservatórias do registo comercial, que antes tinha que ser feita em papel e agora

passa a ser possível através da via electrónica.

Assim, até ao final de Junho, a grande maioria das empresas terá que cumprir estas obrigações e poderá fazê-lo pela Internet.

O registo de prestação de contas, o único destes actos que passa a ser pago, passa a custar 85 euros, em vez do anterior mínimo de 126 euros.

Além disso, juntamente com esse pagamento será oferecido o código de acesso a uma certidão permanente de registo comercial, desmaterializando mais este documento.

Segundo o Executivo, cerca de 400 mil empresas beneficiarão para já do sistema IES. Numa etapa posterior, deverão ser abrangidas por esta medida de simplificação as entidades pertencentes ao sector financeiro, segurador e as empresas que devem apresentar contas consolidadas. **M.R.**

## Concelhia de Guimarães homenageou militantes e autarcas que fazem a diferença

O PARTIDO Socialista de Guimarães organizou o seu já tradicional almoço comemorativo do 25 de Abril, em que foi prestada homenagem aos camaradas com mais de 25 anos de militância e a autarcas locais de juntas e câmaras eleitos pelo nosso partido, que já cessaram funções.

Num ambiente de grande confraternização, o almoço, que reuniu cerca de 550 militantes e simpatizantes, na Quinta de Vila Marita, em Souto S. Maria, foi marcado pela homenagem efectuada a um conjunto de homens e mulheres socialistas que, ao longo destes 33 anos de vida em democracia, se distinguiram pelo seu empenhamento,



participação e militância, dedicando uma parte significativa das suas vidas ao serviço da causa pública, à defesa do socialismo democrático e à melhoria do bem-estar da sua comunidade, quer através do desempenho de cargos autárquicos, quer através da simples militância.

Assim, para além da entrega de emblemas em prata a cerca de 60 militantes que completaram mais de 25 anos de militância ininterrupta no PS, foram também homenageados 20 presidentes de Junta eleitos pelo Partido Socialista, que já cessaram funções, mas que cumpriram um papel decisivo, ao longo de vários mandatos, no desenvolvimento das suas freguesias e na consolidação do PS como maior força político-partidária de Guimarães.

Prestou-se, ainda, uma justa homenagem a um conjunto de homens e mulheres que desempenharam um papel fundamental na gestão autárquica concelhia.

## PS/Celorico da Beira comemora 25 de Abril

A CONCELHIA do Partido Socialista de Celorico da Beira realizou, à semelhança do que tem vindo a ser tradição, uma festa comemorativa da Revolução do 25 de Abril, tendo contado com a presença de largas centenas de participantes.

Para os socialistas deste concelho beirão, a iniciativa foi mais uma vez aproveitada para sublinhar os valores que desde sempre têm orientado o PS e que passam pela defesa intransigente da liberdade, fraternidade e democracia, valores essenciais, como foi sublinhado, e que representam uma significativa mais-valia sempre presente no quotidiano de qualquer socialista.

O dia começou com uma homenagem junto ao monumento aos militares de Abril, situado no jardim Santa Eufémia, com a colocação de



um arranjo de cravos, tendo prosseguido com a tradicional romagem ao cemitério, o que constituiu um sentido tributo aos homens e mulheres que neste concelho personalizaram o 25 de Abril de 1974.

As comemorações contaram ainda com uma exposição patente no Centro Cultural, onde pôde ser apreciado o tema da Revolução de Abril, um almoço e uma sessão pública reali-

zada na parte da tarde e que serviu essencialmente para homenagear "os amigos de Celorico da Beira e do Partido Socialista", que demonstraram, ao longo dos anos "e em momentos difíceis", coragem e dedicação, facto que permitiu ao PS, como foi sublinhado, "afirmar-se por princípios fundamentais como a amizade, a honestidade e a justiça".

Esta cerimónia serviu igualmente para distinguir todos os candidatos à Câmara Municipal de Celorico da Beira eleitos pelas listas do Partido Socialista ao longo de três décadas, os diversos presidentes da Concelhia, da JS, dos camaradas que estiveram na origem do PS em Celorico da Beira, dos camaradas com mais de 10 e 25 anos de militância e da primeira autarca socialista do distrito da Guarda, Maria do Carmo Borges. **R.S.A.**

### OPINIÃO



**ÓSCAR GASPAR**  
Economista  
Militante nº 26303

*Até os habitualmente tão circunspectos homens da contabilidade aplaudem sem reservas a mudança. "A IES representa um corte radical nas concepções inadequadas e ultrapassadas da gestão moderna, onde a propriedade de informação não é pertença deste ou daquele serviço ou departamento, mas sim dos interesses sociais, entendidos numa óptica interligada e harmonizada", diz o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*

## IES!

A NOTÍCIA de boas novidades começa a não ser surpresa. Como a alteração de hábitos que, depois de interiorizada, não tem retrocesso e até faz duvidar das anteriores posturas. Por isso, o sucesso da campanha "mudasti" de uma conhecida marca de bebidas!

Tudo isto a propósito de política (vejam lá!) e de uma autêntica revolução que está a acontecer na forma da administração pública lidar com os cidadãos. Encerado na fórmula "Simplex" está uma nova filosofia de entender o Estado e a sua relação com todos e cada um dos cidadãos.

Nas últimas semanas tivemos mais um excelente exemplo. A IES – Informação Empresarial Simplificada é a nova forma de entrega, por via electrónica, de obrigações declarativas de natureza contabilística, fiscal e estatística. Acontece que, seguindo as boas regras da economia digital, a introdução dos computadores não serviu para replicar a burocracia por computador mas antes para repensar os fluxos de informação, à luz da necessidade dos destinatários e dos objectivos de eficiência que se pudessem atingir. Por isso, o IES é muito mais do que o envio de informação electrónica para organismos públicos e ultrapassa mesmo a sincronização das obrigações das empresas, é a consolidação de uma série de obrigações (e de papeis) num único (ficheiro). A IES torna a prestação de contas mais fácil, mais rápida, mais barata e mais útil.

Recapitulando, actualmente as empresas estão obrigadas a prestar a mesma informação sobre as suas contas anuais a diversas entidades:

- através do depósito das contas anuais na Conservatória;
- através da entrega ao Fisco da declaração anual de informação contabilística e fiscal;
- através do envio ao INE da informação anual de natureza contabilística;
- através do envio ao Banco de Portugal da informação anual de natureza estatística.

Com a IES, toda a informação que as empresas têm de prestar relativamente às suas contas anuais passa a ser transmitida num único momento e por uma única via, através do preenchimento de formulários únicos submetidos por via electrónica. Ainda por cima com a IES, o registo da prestação de contas passa a ser mais barato (85 euros em vez dos, no mínimo, 126 euros que tinham que pagar pela prestação de contas)

Até os habitualmente tão circunspectos homens da contabilidade aplaudem sem reservas a mudança. "A IES representa um corte radical nas concepções inadequadas e ultrapassadas da gestão moderna, onde a propriedade de informação não é pertença deste ou daquele serviço ou departamento, mas sim dos interesses sociais, entendidos numa óptica interligada e harmonizada" diz o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Em aparte e aproveitando o ensejo, o dr. Domingues Azevedo não é um contabilista comum e tem, desde logo, um extraordinário trabalho à frente da CTOC.

Curioso é também o elogio do dr. Miguel Cadilhe à IES nas páginas do "Expresso", lembrando que no seu tempo de presidente da API foi proposto o Novo Sistema de Informação Empresarial (NSIE): "Não penso que o mundo comece no NSIE. Digamos que o NSIE é o pai pobre de duas jovens bem-nascidas, a Empresa na Hora e a IES". É verdade que Cadilhe realça as virtudes da estabilidade governativa. Bem, mas conhecemos esta entusiasmada adesão aos novos métodos desde os tempos dos companheiros de Colombo! Este Governo fez. E está feito.



# Um projecto de modernidade para Lisboa com António Costa

ANTÓNIO Costa foi oficialmente anunciado como candidato do Partido Socialista às próximas eleições intercalares de 1 de Julho para a Câmara Municipal de Lisboa.

Um município com a dimensão e a importância de Lisboa justificava que o PS apresentasse um candidato com o peso e o currículo político do até agora ministro de Estado e da Administração Interna.

No final da reunião da Comissão Política, de 15 de Maio, foi o próprio secretário-geral do PS, José Sócrates, quem anunciou o nome de António Costa como candidato socialista à mais importante Câmara Municipal do país.

Para Sócrates, a crise política e o fracasso da gestão a que a direita sujeitou o município de Lisboa nestes dois últimos anos não podiam continuar, porque se tratava, como referiu, “de um prejuízo para a cidade e para o país”.

“Temos que mudar tudo”, defendeu o secretário-geral socialista. “Lisboa não podia continuar ingovernável e sem qualquer rumo”.



O nome de António Costa é para o líder do PS a garantia de que o mais importante município do país deixará de viver no marasmo e na mais pura das incompetências, para passar a ser gerido com estabi-

lidade e responsabilidade.

Portugal necessita, como disse, “que a sua capital seja capaz de atrair caudais significativos de investimento, novos conceitos de cidadania e modernidade e,

sobretudo, patamares mais sólidos de desenvolvimento”.

O candidato do PS reúne todas as condições para ajudar Lisboa a alcançar estes objectivos, que há muito reclama, já que se trata,

como referiu José Sócrates “de um dos melhores políticos da sua geração”, uma garantia que abre “todas as possibilidades para que o município da capital passe a ser gerido de forma moderna, séria e com os olhos postos no futuro”.

Costa reúne, nas palavras do secretário-geral socialista, as inultraes qualidades de liderança, de energia, de determinação e de visão política, factores necessários, como referiu, para levar em frente um projecto de desenvolvimento para a cidade.

Ao propor para a Câmara Municipal de Lisboa um candidato “dos melhores e mais qualificados políticos da sua geração”, o PS está consciente de que responde assim com responsabilidade à grave crise instalada na capital.

Fica assim dada a garantia aos lisboetas e aos portugueses, sublinhou por fim José Sócrates, que António Costa tem todas as condições para conduzir e para liderar um projecto de modernidade de que Lisboa e o país carecem. **R.S.A.**

## UM CANDIDATO COMPETENTE PARA SERVIR A CAPITAL

O CANDIDATO do Partido Socialista às eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa a realizar no próximo dia 1 de Julho de 2007, António Luís Santos da Costa, nasceu em Lisboa, a 17 de Julho de 1961.

Casado, pai de dois filhos, é advogado de profissão. Licenciou-se em Direito, pela Universidade Clássica de Lisboa, tendo ainda uma pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa.

Com apenas 14 anos de idade entra para a Juventude Socialista (JS) e rapidamente sobe dentro da hierarquia, destacando-se como um dos mais lúcidos dirigentes nacionais da organização juvenil do PS.

Enquanto estudante universitário pertenceu à Direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito. Durante um ano, de 1986 a 1987, desempenhou ainda as funções de director da revista da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

É eleito deputado pela lista do Partido Socialista para a Assembleia Municipal de Lisboa, lugar que ocupa entre 1982 a 1993.

Ao longo do seu percurso político, António Costa desempenhou diversos cargos, tanto no partido como no Governo, foi autarca, secretário de Estado, ministro da Justiça, dos Assuntos Parlamentares e ainda ministro de Estado e da Administração Interna, cargo que agora deixa para



disputar as eleições intercalares em Lisboa.

Dele se diz que já aos 12 anos de idade se afirmava socialista, e com apenas dez anos escrevia críticas de televisão para o “Século Ilustrado”, sob pseudónimo.

Durante os dois primeiros anos da década de 90 assume a coordenação da Federação da Área

Urbana de Lisboa (FAUL) do Partido Socialista e, em 1991, é eleito deputado para a Assembleia da República.

Entre 1993 e 1995 é vereador na Câmara Municipal de Loures, tendo entretanto, em 1994, entrado para o Secretariado Nacional do PS.

Em 1995 é convidado para secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no XII Governo Constitucional, lugar que deixa em 1997, para assumir o lugar de ministro dos Assuntos Parlamentares, em Novembro de 1997, durante a VII Legislatura.

No XV Governo Constitucional, liderado por António Guterres, é o responsável pela Expo-98 e ministro da Justiça, lugar para o qual é convidado em Outubro de 1999 e que ocupa até Abril de 2002.

Preside ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista de 2002 até Março de 2004, altura em que é eleito deputado ao Parlamento Europeu, onde chega a vice-presidente em Julho de 2004.

Desde Março de 2005 que é ministro de Estado e da Administração Interna no XVII Governo Constitucional, liderado por José Sócrates.

Dotado de uma energia e de uma capacidade de trabalho ímpares, o agora candidato do PS às eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa é um dos mais destacados dirigentes socialistas e responsável por um conjunto significativo de iniciativas legislativas, ao longo de um percurso político de quase três décadas, quer a nível partidário, governativo, autárquico ou parlamentar.

Costa nunca escondeu que um dia queria enfrentar o desafio de gerir o maior município do país. É chegada a hora.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa